



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 583 - DE 21 A 31 DE MARÇO DE 2019 - R\$ 4,00

A luta contra o fechamento da FORD é de toda a classe operária

Ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção!

**AVANÇA O PLANO ANTINACIONAL
E ANTIPOPULAR DE BOLSONARO-GUEDES**

Que as centrais organizem imediatamente a greve geral
**Está na ordem dia constituir a frente única
anti-imperialista**

Tragédia na escola em Suzano – reflexo da barbárie capitalista

**A juventude necessita se organizar em defesa da
revolução proletária e do socialismo**



**Campanha dos 10 anos do falecimento
do trotskista Guillermo Lora**
O partido é o programa



As tarefas do momento

Várias são as frentes de luta. O problema está em como responder a todas elas e unificá-las em um só movimento. A Ford se mostra inflexível em sua decisão de fechar a planta de São Bernardo. A direção do sindicato se nega a colocar o problema nas mãos dos próprios operários e da classe operária como um todo. As assembleias e as passeatas passivas são simplesmente desconhecidas pela multinacional norte-americana. As negociações por cima com governos e parlamentares servem à passividade. É necessária uma urgente virada nessa conduta política. A resistência ao fechamento da Ford é de responsabilidade do conjunto da classe operária e demais explorados. Quanto mais ficar o movimento restrito e controlado burocraticamente pela direção, maior é o risco de a montadora cumprir definitivamente seu objetivo.

É preciso que o sindicato convoque a assembleia geral, com o objetivo de mobilizar, organizar e elevar a consciência de todos os metalúrgicos para a gravidade da demissão de centenas de operários. É preciso formar um comitê de apoio, que envolva os sindicatos dos mais diversos ramos de produção, capaz de estender a mobilização e garantir a unidade na luta, tendo por base a democracia operária. Em resumo, está colocada a bandeira de não fechamento da Ford e defesa dos empregos como responsabilidade de toda a classe operária. Essa é uma das frentes de luta.

A tramitação do projeto de Previdência de Bolsonaro-Guedes caminha para a aprovação. Rodrigo Maia, tranquilamente, impulsiona seu andamento, de acordo com a pressa do capital financeiro. Não se pode ter dúvida de que os explorados correm um grande risco. Ao lado da reforma trabalhista e da lei da terceirização, a reforma da Previdência representa um brutal ataque às condições de vida da maioria oprimida. As centrais sindicais, no entanto, relutam em preparar imediatamente a greve geral. Será realizado o segundo “Dia Nacional de Luta”, e não se tem clara a bandeira que deve guiar o movimento e a tática de unificação dos sindicatos, movimentos e bases. A assimilação pela burocracia sindical de que alguma reforma da Previdência deve ser feita empurra o movimento ao abismo. As massas aguardam uma só e firme bandeira: “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Aguardam a ação organizativa desde os locais de trabalho e de moradia. Aguardam a formação de uma rede de comitês por todo o País. E aguardam a orientação que conduza o movimento à greve geral. Essa frente de luta confronta diretamente o poder econômico, o imperialismo e o governo.

Bolsonaro-Guedes acionaram seu plano de privatização e desnacionalização. Os leilões dos aeroportos foram saudados pela imprensa monopolista como um grande feito desse governo. Guedes tem engatilhado uma sequência de privatizações, que atinge setores sensíveis da economia. O capital financeiro está ávido por se apossar das estatais e dos recursos naturais, que ainda não controla. É mais um impulso à desnacionalização da economia e à maior dependência do País às potências. A bandeira de Guedes é de

privatizar tudo. Se depender de sua decisão, a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, etc. serão entregues ao capital financeiro. Certamente, os conflitos internos à burguesia e ao Estado dificultam cumprir integralmente esse plano. Mas, está indicando o caminho. O golpe de Estado de 2016, a constituição da ditadura civil de Temer e a eleição de um governo militarista e fascista abriram uma nova etapa da situação política e da luta de classes. Essa nova etapa está marcada pela maior submissão da política burguesa dominante ao imperialismo e pelo frontal ataque à vida dos explorados. Essa frente de luta também é ampla e estratégica. Exige pôr em pé um movimento anti-imperialista pela independência nacional e ruptura revolucionária com o imperialismo.

É sintomático o acordo que entrega Alcântara para os Estados Unidos montarem uma base de lançamento de mísseis e outros artefatos. O objetivo inicial de Bolsonaro era o de permitir que o imperialismo norte-americano montasse uma base militar no território nacional. Essa bandeira foi baixada a meio mastro. Não pode haver dúvida, porém, que Alcântara é um passo nesse sentido. O acordo Trump-Bolsonaro se vestiu da máscara comercial, de maneira a reduzir a resistência à aprovação no Congresso Nacional. Não por acaso, esse acordo antinacional teve como precedente a entrega da Embraer à Boeing. Nota-se que essa frente de luta é parte do combate a um plano mais geral de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos.

Em resumo, a classe operária e demais explorados estão diante do fechamento da Ford, da implantação da reforma trabalhista, terceirização, aprovação da reforma da Previdência e privatização e desnacionalização.

A viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos diz respeito a essa ofensiva contra a economia nacional e as massas. Esse alinhamento é ainda mais amplo. Bolsonaro aspira colocar o Brasil como um instrumento de intervenção do imperialismo norte-americano na América Latina. A crise da Venezuela se transformou em um ponto estratégico do intervencionismo. O governo antinacional está sendo arrastado pela política de Trump. Ao partilhar de sua guerra comercial, o Brasil se perfila ao nacionalismo imperialista, ao intervencionismo e à corrida armamentista.

A tarefa é de unificar o movimento operário, camponês e classe média arruinada em torno a um programa que responda aos ataques da burguesia e à diretriz pró-imperialista. É necessário dirigir as forças das massas contra o governo militarizante e fascizante. O enfrentamento à reforma da Previdência abre uma porta para unificar a maioria oprimida e para coesioná-la com o programa. Sabemos que a ausência de uma direção revolucionária é o grande obstáculo. Mas, não há outra solução a não ser trabalhar no seio da classe operária, potenciando seu instinto de revolta e elevando sua consciência de classe. Está colocada, objetivamente, a tarefa de organizar a frente única anti-imperialista, sob a estratégia de poder próprio da classe operária.

Nossa Campanha contra o fechamento da FORD

O Partido Operário Revolucionário empenha-se na luta contra o fechamento da Ford. Por meio do Boletim Nossa Classe faz a campanha pela solidariedade operária aos metalúrgicos que reagem à demissão em massa. Como não poderia deixar de ser, defende posições e apresenta um caminho que julga necessário tomar para derrotar o plano da montadora. Está bem claro que a direção do sindicato passou a manobrar com sua viagem à matriz e reuniões com governos e parlamentares. O Boletim Nossa Classe denuncia a passividade com que está sendo conduzida a luta tão importante para toda a classe operária. É visível o uso burocrático das assembleias para apenas informar os trabalhadores sobre as supostas negociações. É nessa hora que se vê a gravidade da ausência da democracia operária, substituída pelo burocratismo autoritário.

Na assembleia do dia 12 de março, um grupo de segurança investiu contra um dos militantes poristas que distribuía o Boletim Nossa Classe. Aqui reproduzido. A direção ficou incomodada com o fato de o Boletim Nossa Classe expressar uma linha distinta, contrária à passividade, às manobras por alto e às promessas. Lembremos que o mesmo ocorreu em 1998. Os acontecimentos de hoje dão toda razão à defesa do POR, naquele momento. Também fomos reprimidos pelos bate-paus do sindicato. Está na ordem do dia a defesa da democracia operária, que cabe não apenas ao POR defender. Toda corrente que se reivindica da classe operária, das lutas como a da Ford e o socialismo está obrigada a denunciar a agressão que sofremos.

Abaixo reproduzimos nossa campanha e nossas denúncias.

Boletim Nossa Classe divulgado nas fábricas e na assembleia da Ford do dia 19 de março.

Política Operária

A luta da Ford é de toda a classe operária

As consequências do fechamento da Ford são bem claras: as demissões começarão por nós e se estenderão por toda cadeia produtiva. O sindicato avaliou corretamente que, a princípio, as demissões atingirão cerca de 25 mil trabalhadores. O impacto econômico no ABC é violento. O prefeito de São Bernardo nada fará contra a Ford, mas sabe que o município será atingido pela perda de impostos.

A multinacional, no entanto, está preocupada apenas com sua alta lucratividade. Tem um acordo com a Volks, e vai usar a planta da Camaçari para manter sua linha de produção, recebendo incentivos fiscais e, assim, ganhando muito dinheiro. Os seus interesses de multinacional se colocam acima dos empregos e da economia nacional. Está aí por que era difícil de acreditar que a ida do sindicato aos Estados Unidos resolveria o problema. O mesmo vai resultar das conversas com os politiqueiros da burguesia.

Essa experiência mostra que temos de contar com nossas próprias forças. Não só com a nossa força, mas sim com a força da classe operária.

Para isso, é preciso que o sindicato amplie o movimento, que convoque assembleia geral dos metalúrgicos. Que constitua o comitê de defesa dos empregos. Que convoque todos os

movimentos a se solidarizarem ativamente. Quanto mais o nosso movimento se alastrar, mais força terá.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela vitória da luta operária na Ford.

A FORD está decidida a fechar. O que fazer?

Ficou claro na assembleia do dia 12 que a decisão da matriz norte-americana é de fechar a fábrica de São Bernardo. Na assembleia do dia 14, somente ouvimos promessas de politiqueiros, como Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados), e de Cauê Macris (presidente da Assembleia Legislativa de SP). O certo é que nossos empregos estão com os dias contados, caso não avancemos a luta.

O tempo está a favor da Ford. A montadora conta com o nosso cansaço e com o desânimo. Ao contrário, contamos com nossa garra, nossa luta coletiva e nossa vontade de vencer os patrões. A nossa assembleia deve se tornar um instrumento de organização da luta unitária. É importante receber informações, mas é preciso dar respostas organizativas à inflexibilidade da Ford.

Algumas medidas devem ser tomadas, para fortalecer nossa ação conjunta: 1) realizar marchas diárias com bloqueio da Anchieta e avenidas; 2) fazer manifestações em frente às demais montadoras; 3) fazer uma campanha nos bairros operários, para que nos apoiem; 4) formar um comitê de base em defesa dos empregos, aberto a todos que queiram lutar; 5) convocar a assembleia geral de todos os metalúrgicos para defender os empregos e os salários; 6) que a CUT convoque os seus sindicatos a organizar manifestações unitárias; 7) que no "Dia Nacional de Luta", 22 de março, organizemos uma marcha operária; 8) que o movimento popular de moradia, e o movimento estudantil sejam convocados a participar ativamente da campanha contra o fechamento da Ford. Se a Ford continuar com sua intransigência, temos de ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe está fazendo a campanha nas fábricas para impulsionar a solidariedade operária contra o fechamento da Ford e em defesa dos empregos.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Ford de Camaçari Um acordo maléfico

O acordo do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, na Bahia, favoreceu a Ford. A montadora ameaçava com 700 demissões e cortes de direitos. Os metalúrgicos estavam prontos a ir à greve. O que seria ruim para a Ford, que decretou o fechamento de sua planta em São Bernardo. A greve na Ford de Camaçari, sem dúvida, seria muito bom para a luta dos operários da Ford em São Bernardo.

O acordo negociado pelo sindicato prevê demissões, por meio do PDV. A multinacional fez o jogo da falsa barganha. Colocou o doce da PLR, do adicional noturno e da manutenção da jornada de 40 horas na mesa de negociação, para manter o seu plano de demissão, e evitar a greve. Dessa forma, o sindicato está colaborando com o plano de demissão mundial da Ford. Está colaborando com o fechamento da fábrica em São Bernardo. E está colaborando, em geral, com as demissões em massa e com o alto desemprego no País.

O Boletim Nossa Classe tem por princípio que emprego não se negocia, se defende defende-se com luta. Tem por princípio unir os explorados contra as demissões e o desemprego, por meio das assembleias, das greves, das manifestações e das ocupações de fábricas.

É necessário a democracia operária para impulsionar a luta

O fechamento de uma fábrica como a Ford é problema de toda a classe operária e de todas as organizações que se colocam do lado dos trabalhadores. O fechamento de postos de trabalho, as demissões e o gigantesco desemprego só podem ser respondidos com um amplo movimento da classe operária e demais oprimidos. Isso por que se trata de um problema estrutural do capitalismo.

Quem não vê que o patronato não faz outra coisa senão reduzir os empregos, aumentar a terceirização e rebaixar os salários? Quem não vê que se trata de um ataque nacional contra todos os trabalhadores? O fechamento da Ford mostra até onde os exploradores chegam com sua prepotência e autoritarismo. Para combater essa força econômica, é preciso a democracia operária.

Toda tentativa de impedir a livre manifestação de quem está defendendo e organizando a luta contra o fechamento da Ford joga a favor da multinacional imperialista. É inaceitável que o sindicato use de sua força para impedir a livre divulgação do Boletim Nossa Classe. É líquido e certo que ninguém calará a política revolucionária do proletariado.

O Boletim Nossa Classe defende a livre manifestação de pensamento, de divulgação e organização. Que os próprios operários decidam o que é certo e o que não é certo. Que decidam o que serve ao movimento e o que não serve. Que identifiquem quem está a favor de sua causa e quem está contra. É preciso pôr fim ao autoritarismo sindical e conquistar a democracia sindical.

Boletim Nossa Classe distribuído na assembleia da Ford de 12 de março

Especial Ford

A assembleia da Ford deve dizer NÃO ao fechamento da fábrica, avançar a luta coletiva e chamar o conjunto da classe operária a apoiar o movimento. Esse apoio deve ser realizado pela convocação da assembleia geral e da organização desde os locais de trabalho. A luta da Ford é parte da luta contra a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a reforma da Previdência.

Política Operária

Se a Ford mantém o fechamento, avancemos a luta!

Qual vai ser a resposta das negociações do sindicato com a matriz da Ford nos Estados Unidos? Na passeata que fizemos do sindicato até a Praça da Matriz, no dia 7, grupos de companheiros apreensivos comentavam se o emprego de todos ficaria garantido. Até a chegada da resposta, só restou aguardar em casa. No entanto, a gravidade do fechamento da fábrica exigia e exige mobilização diária. É chegado o dia da resposta e a assembleia não pode ficar passiva.

Duas possibilidades pelo menos existem: 1) não houve acordo e a Ford mantém o fechamento; 2) houve um acordo de não fechamento, mas sem garantia de emprego a todos, e com perdas de direitos.



Lembremos que o acordo de 1998 resultou em “demissões voluntárias” de centenas de companheiros. Agora, corremos o perigo de fechamento total e o perigo de um acordo que sacrifica emprego de muitos companheiros, redução salarial e agravamento das condições de trabalho.

Em qualquer um dos casos, devemos lutar pelo emprego a todos e garantia dos direitos trabalhistas. É com a mobilização ativa que enfrentaremos a prepotência da montadora e convenceremos os metalúrgicos em geral a entrarem na luta contra as demissões, e pela defesa dos empregos.

Se a direção da Ford continuar o seu ataque, devemos ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção. Toda força a uma assembleia combativa e democrática.

O que esperar de Doria e Morando?

Há quem acredite que esses governos podem convencer a Ford a manter os empregos. Essa ilusão é perigosa. Ao contrário, temos de confiar apenas em nossas próprias forças. Ou melhor, confiar na força da classe operária como um todo. Devemos confiar apenas na nossa luta, no nosso método, que é o da ação direta, coletiva. E devemos confiar na organização independente diante dos governos e dos patrões.

Atenção companheiros, nossa força está na democracia operária, nas assembleias democráticas, onde podemos expor as posições, e votar conscientemente as propostas. Sem a luta direta, sem organização independente e sem assembleias democráticas, ficamos na dependência de negociações que se fazem por cima da classe operária, entre o patrão, governo e o sindicato.

QUANDO SE ENTREGA O ANEL, SE PERDE O DEDO

Não é de hoje que as montadoras vêm abusando de seu poder econômico. A classe operária precisa compreender que as multinacionais se implantam de fora para dentro do País, exploram a força de trabalho, sugam os cofres públicos, e remetem para seus países altos lucros. Utilizam as crises econômicas para aumentar a exploração dos operários. Esse é o papel imperialista das multinacionais, que têm por detrás as potências capitalistas, como os Estados Unidos, Alemanha, etc. Não por acaso, não existem montadoras nacionais.

O PROBLEMA DA FORD É UM PROBLEMA DE TODA CLASSE OPERÁRIA

Tem gente que acha que o fechamento da Ford diz respeito apenas aos seus trabalhadores. Esse é um erro brutal. Isso porque isola o movimento contra as demissões. Assim, fica mais fácil para a multinacional impor seu plano. O isolamento do movimento da Ford do restante dos metalúrgicos e de toda classe operária é fruto de uma política sindical.

Por que não convocar a assembleia geral de todos os metalúrgicos? Por que não chamar os operários das demais montadoras a lutarem contra as demissões e os acordos que destroem direitos trabalhistas? Por que não vincular as demissões, as terceirizações, as alterações na jornada de trabalho, e muitas outras safadezas dos capitalistas, contra o conjunto da classe operária? Por que não desenvolver a solidariedade entre os explorados por meio da luta?

A resposta a essas perguntas é política. As perguntas contrárias ajudam a entender concretamente de que política se trata. Por que manter isolada a Ford? Por que não mobilizar a Mercedes, Volks, GM e toda rede de autopeças, em defesa dos operários da Ford? Por que não unir todos em uma assembleia geral democrática? A resposta, sem dúvida, é política. O movimento operário tem enfraquecido-se, justamente porque tem prevalecido a política sindical de colaboração de classes, que divide as lutas e isola as fábricas uma das outras.

O Boletim Nossa Classe defende a política de unidade, independência, organização e democracia operária. A convocação de uma assembleia geral e uma campanha nacional de defesa da Ford é necessária para impedir o fechamento da fábrica, e fortalecer a luta geral contra as demissões, o desemprego, as terceirizações e os planos de flexibilização capitalista do trabalho.

O pretendem Doria e Morando? Pretendem encontrar uma forma de subsidiar a Ford, usando incentivos fiscais. O que quer dizer usar o dinheiro público para encher os bolsos da poderosa multinacional norte-americana. Já temos a experiência de vários acordos do governo federal, que deram dinheiro para as montadoras, e essas demitiram à vontade, implantaram o banco de horas, lay-off, PDVs, etc. As montadoras têm usado a ameaça de demissão em massa, transferência ou fechamento da fábrica, para barganhar incentivos com os governos. Além de terem os impostos reduzidos, podem continuar com as demissões e a flexibilização capitalista do trabalho.

Está aí por que a assembleia da Ford precisa aprovar propostas de luta, que levem à ocupação da fábrica se a empresa se mantiver inflexível.

É necessário elevar a consciência de classe de que estamos enfrentando o capital imperialista, que nos explora, nos demite e impõem seus planos de “reestruturação” internacional. A fusão da Ford com a Volks é um desses planos, quem paga por eles somos nós, operários.

A experiência de inúmeros acordos realizados entre os sindicatos e as multinacionais sempre concluíram prejudicando a classe operária. Aplica-se o ditado popular de que “quem entrega o anel ao seu inimigo, entrega também o dedo.

Derrotar a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes

Não se pode desconhecer que a ameaça de fechamento da Ford e o recente acordo imposto pela GM fazem parte de um ataque generalizado aos trabalhadores.

A ditadura civil de Temer aprovou a violenta reforma trabalhista e a terceirização. Os empresários aproveitam para demitir e recontratar por meio da terceirização. Está havendo, assim, uma precarização do trabalho e uma redução salarial. A falta de uma luta organizada em nível local, regional e nacional contra as demissões e as terceirizações se deve a que as direções sindicais não se dispõem a combater a reforma trabalhista. Tem havido uma acomodação dos sindicatos a esse ataque generalizado. Agora, estamos diante da reforma da Previdência. Se aprovada, Bolsonaro completará a obra antioperária de Temer.

Vejam, companheiros, a que situação chegamos: somos açoitados pela reforma trabalhista e pela terceirização, e, ainda por cima, estamos sendo levados ao pelourinho por uma reforma da Previdência que nos arrebeta o direito à aposentadoria.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais sindicais organizem seriamente a greve geral contra a reforma da Previdência, e pelo fim da reforma trabalhista e da terceirização. Que convoquem assembleias em todos os sindicatos e formem os comitês de base. No dia 22 de março, está convocado o “Dia Nacional de Luta”. Que as centrais e os sindicatos organizem os operários, sob a bandeira de greve geral para defender a vida da maioria oprimida.

Burocracia sindical cada vez mais antioperária e antidemocrática

Há 30 anos, o Partido Operário Revolucionário (POR) atua no Brasil, sempre na defesa dos explorados, em geral, e da classe operária, em particular. As posições revolucionárias se chocam frontalmente com os interesses da burguesia, mas também se chocam com os interesses conciliadores dos reformistas e burocratas sindicais de todo tipo.

É sobre essa base que se explica a expulsão do POR da assembleia dos operários da Ford, no último dia 12 de março. Aos gritos de “vaza daqui”, empurrões e tomando nosso material, a burocracia do sindicato e seus “bate-paus”, mostraram, para os demais operários que presenciaram a cena, o medo que eles têm da política revolucionária.

Nossas bandeiras de independência de classe dos operários, nenhuma confiança na multinacional, nem nos governos Morando e Doria, unidade com os operários das outras montadoras, e nossa previsão de que a burocracia voltaria dos EUA sem nenhuma resposta da matriz, deixaram os dirigentes sindicais enfurecidos.

O POR esteve presente na luta operária da Ford em 1998, e apontou a traição da direção do sindicato em aceitar o acordo de demissões. Hoje, estamos novamente na luta, com a defesa incondicional dos empregos e salários dos trabalhadores, porém, para essa defesa ser consequente, não podemos conciliar, nem aceitar passivamente o fechamento da fábrica. Por esta razão, defendemos em nosso boletim que os operários ocupem a fábrica! **Emprego não se negocia, se defende com luta!**

A expulsão do POR da assembleia mostra que a direção está enterrando a democracia operária! Não suportam as posições revolucionárias e têm medo que estas posições penetrem na classe.

O Boletim Nossa Classe repudia a atitude truculenta e autoritária da direção sindical e defende que, qualquer que seja a decisão dos operários da Ford, precisa ser tomada sobre a base da democracia operária! Com assembleias de verdade, com propostas debatidas e votadas, com espaço para a base falar e com a mais ampla liberdade de crítica.

Viva a greve dos operários da Ford!!!

Quinzena Operária

Uma experiência que devemos assimilar

Lições da primeira greve geral dos metalúrgicos do ABC, que completa 40 anos.

O sindicato informou que irá publicar uma série de notas, com a memória das lutas que garantiram importantes conquistas para os metalúrgicos do ABC.

Na primeira nota da série, publicada dia 13 de março, na Tribuna Metalúrgica, a direção lembrou a greve geral de 1979. As principais reivindicações eram reajuste de 78,1%, piso de três salários mínimos, garantia no emprego, 40 horas semanais e estabilidade para os acidentados.

A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) estava irredutível. Em 9 de março, a assembleia aprovou a greve geral, a partir do dia 13. 185 mil operários cruzaram os braços em São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano.

A primeira assembleia geral foi realizada no mesmo dia 13, no Estádio da Vila Euclides. A FIESP pediu julgamento da greve no TRT. O tribunal concedeu apenas 44% de reajuste e decretou a greve ilegal. Os metalúrgicos decidiram continuar parados.

Dia 18, os operários e suas famílias realizaram assembleia geral no Estádio da Vila Euclides, com mais de 80 mil trabalhadores. Contra todo o aparato repressivo do Estado, tropa de choque, bombas e cassetetes, os trabalhadores organizaram os piquetes, bloqueios de rua, e barricadas de autodefesa contra a repressão.

Dia 23 de março, o ministro do trabalho, Murilo Macedo, determinou a intervenção Federal nos três sindicatos dos metalúrgicos. Mesmo com a intervenção, a greve continuou até 27 de março, quando foi aprovada uma trégua de 45 dias, entre os patrões e a diretoria cassada.

Ao final da trégua, os operários aprovaram em assembleia, no dia 13 de maio, o acordo de 63% de reajuste, entre outros.

É importante o sindicato publicar na Tribuna as greves rea-

lizadas pelos metalúrgicos. Dessa forma, a juventude, que está entrando agora nas empresas, pode conhecer a história de luta e a força que têm a classe operária. E, principalmente, como estas lutas eram organizadas, quais eram os métodos utilizados para defender as reivindicações e enfrentar os patrões.

Conclusões:

1. Antes, o sindicato convocava assembleia geral dos metalúrgicos do ABC para aprovar um plano de luta;
2. Aprovava uma pauta única de reivindicações, para todos os metalúrgicos. A luta era unificada. Não existiam negociações por grupos, setores ou fábrica, como atualmente faz a direção do sindicato. A divisão enfraquece os operários e fortalece a patronal.
3. A greve era geral, paravam todos os operários das empresas de São Bernardo, Diadema, São Caetano, Santo André.

Perguntamos: Se os patrões anunciam a cada dia novos ataques à classe operária, como o anúncio de fechamento da Ford, porque o sindicato não convoca uma assembleia geral dos metalúrgicos para organizar a luta?

Por que o sindicato não convoca e organiza a greve geral de todos os metalúrgicos para impedir o fechamento da Ford e defender os empregos e direitos dos operários da Ford e demais empresas, que também estão ameaçando fechar e demitir?

Essa lição de convocação da assembleia geral dos metalúrgicos é uma conquista da classe operária. O Boletim Nossa Classe faz campanha em defesa dessa conquista. A nossa luta contra o fechamento da Ford exige a convocação da assembleia geral de todos os metalúrgicos, porque trata-se de uma luta de toda a classe operária.

O que dizem os Boletins Corrente Proletária Estudantil, Corrente Proletária Secundarista e Corrente Proletária na Educação

Os boletins voltados à juventude, professores e funcionários se concentram na campanha pela derrubada da reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes.

Boletim da Corrente Proletária na Educação – Ceará



O Boletim inicia com a denúncia do decreto 13.959/18, que pretende fazer com que os professores devidamente readaptados, por laudo médico, voltem para a sala de aula. O suicídio da professora Girlene Vasconcelos é atribuído às terríveis pressões da profissão extremamente desgastante. A Corrente reivindica: revogação imediata do decreto 13.959! Nenhum professor doente em sala de aula!

Traz um balanço da manifestação do Dia Internacional da mulher em Fortaleza: “O 8 de março deste ano reuniu, segundo as organizadoras, aos menos 3 mil pessoas num grande ato unificado. Além das pautas específicas por creches, aborto legal, etc., uma das pautas unificadoras foi a luta contra a reforma da previdência. A opressão sobre a mulher é obra da sociedade de classes, e só terá fim com a revolução proletária. A unidade na luta para derrotar o governo policial-militar de Bolsonaro, serviço do grande capital nacional e internacional, será a dos explorados contra os exploradores. Unir homens e mulheres proletários, camponeses e da classe média arruinada. O ato convocado para a tarde do dia 8, porém, foi marcado também pelo divisionismo da direção do Sindiute, que resolveu chamar os professores a fazerem sua própria manifestação em separado, praticamente no mesmo lugar em que se dava o grande ato unificado. A divisão das lutas só fortalece os governos e é resultado das disputas burocráticas. Lutemos pela unidade na luta e pela ação direta de massas. Eis o caminho seguro para nossa vitória”.

Em seguida, o Boletim faz um breve balanço sobre a importância da greve dos municipais de São Paulo. Denuncia o colaboracionismo da direção e explica: “em meio à crise econômica, os governos agem para proteger os interesses dos capitalistas e grandes empresários, preservando, para eles, os orçamentos do Estado. Aos pobres, aos desamparados, aos trabalhadores, ao funcionalismo e à pequena burguesia arruinada, resta atacar a fundo suas condições de vida e destruir seus direitos. O caminho é o da luta, mas para vencer é preciso a unidade dos oprimidos, para derrubar nas ruas os ataques dos governos”.

O Boletim conclui com a homenagem dos 100 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo, pela socialdemocracia alemã contrarrevolucionária, em janeiro de 1919. Diz o Boletim: “No centenário de sua morte, a Corrente Proletária na Educação lhe rende homenagem e reivindica sua militância abnegada e internacionalista, na luta implacável contra a colaboração de classes (levada a cabo no Brasil pelo PT) e em defesa da revolução e ditadura do proletariado”.

Corrente Proletária Estudantil – Ceará

A reforma da previdência é uma fachada à imensa maioria dos trabalhadores do País. Bolsonaro e Guedes enganaram o povo, esconderam a faca que iria sangrar traiçoeiramente, milhões foram iludidos pelo seu discurso e outros milhões foram arrastados por outros candidatos da burguesia, entre eles o do PT, que se mostrou incapaz de rechaçar qualquer reforma da previdência”.



Boletim Nacional – Corrente Proletária Estudantil

O Boletim abre com a bandeira: “Por um verdadeiro Dia Nacional de Luta contra a reforma da previdência”. Diz: “A greve geral não pode ficar para um futuro incerto, pois o tempo urge e a burguesia se arma contra nós. Que o dia 22 de março seja o início de nossa greve geral contra a reforma da Previdência. Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes! Que os capitalistas paguem suas gigantescas dívidas com o INSS! Que as grandes corporações industriais, financeiros, agroindustriais e comerciais sustentem inteiramente a Previdência. Os que trabalham, produzindo riquezas imensas, têm o direito de se aposentar”.

O Boletim Nacional também faz campanha entre os estudantes contra o fechamento da Ford. Defende: “A União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) – que é filiada à UNE, deve convocar imediatamente uma assembleia estadual para discutir o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo. (...) A UNE não pode ser manter omissa a esses problemas. Deve organizar, imediatamente, a resposta em defesa de empregos, salários e direitos”.

Há um posicionamento sobre a “heroica greve dos municipais de São Paulo”, sobre o massacre de Suzano, sobre um ano da execução de Marielle e Anderson, e sobre a defesa da autodeterminação do povo venezuelano. Consta ainda uma denúncia à direção do DCE da USP, controlado pelo PT, por não ser capaz de enfrentar a ofensiva da reitoria contra os espaços estudantis. Faz a defesa da convocação da assembleia geral da USP. Posiciona-se diante da realização do 67º Congresso Nacional de Entidades Gerais da UNE. Alerta para o perigo do Coneg se perder em discussões distracionistas. Defende a aprovação e uma campanha pela derrubada da reforma da previdência, que atingirá brutalmente a juventude oprimida.

Boletim da Corrente Proletária Secundarista – Juventude em Luta



O Boletim inicia chamando a atenção dos secundaristas para o massacre na EE Raul Brasil, em Suzano. Denuncia que tragédias como a de Suzano são produto do capitalismo em crise, que empurra a juventude para a violência reacionária, para a miséria e todo tipo de barbárie e coloca a população pobre sobre ameaça constante de atiradores fardados ou sem farda. E chama: *“A juventude e demais explorados devem se organizar de forma independente, jamais confiar nas falsas soluções dos governos ... Os grêmios livres devem debater a tragédia desde um ponto de vista classista, revelando a raiz de todos os problemas, que é o capitalismo em decomposição, indicando a necessidade histórica da revolução e do socialismo”*.

O boletim faz a campanha do POR pela derrubada da reforma da previdência. Tem como título: *“A reforma da previdência será um duro golpe contra a juventude. Traz uma nota sobre o “Dia Internacional da Mulher”. Diz: “É urgente a necessidade de colocar em pé um amplo movimento das massas femininas, com consciência de classe!”*. Traz, também, uma nota sobre a vitória dos estudantes de Mauá, que conquistaram a gratuidade no transporte público. Conclui: *“A Corrente Proletária Secundarista defende o passe-livre para estudantes e desempregados, além da bandeira da estatização de todo o sistema de transporte, sob o controle dos trabalhadores e usuários”*. Na coluna Dicionário Marxista, trata

Manifesto

Congresso Nacional apressa a aprovação da reforma da Previdência. Ou as centrais sindicais organizam imediatamente a greve geral, ou Bolsonaro triunfará

É preciso concentrar todas as forças dos explorados em torno da greve geral. É preciso que em cada local de trabalho e estudo comece urgentemente a preparação da greve geral. É preciso que todos os sindicatos convoquem as assembleias, como parte da organização da greve geral. Que se formem os comitês de frente única – local, regional e nacional – pela greve geral. Que os movimentos camponês e popular realizem assembleias nos bairros e no campo. Que as centrais sindicais assumam claramente a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Essas são medidas necessárias e urgentes para derrotar a ofensiva da burguesia e de seus governos contra os trabalhadores.

...

As centrais sindicais e as forças políticas ligadas às suas direções não podem continuar com a indefinição sobre a greve geral. Não basta que a CUT levante a bandeira de “rumo à greve geral”. É preciso dar passos concretos neste dia 22 de março, nesta segunda manifestação nacional de luta. A situação exige que se constituam os comitês de organização da greve geral. Que o dia 22 saia dos discursos e passe para a prática. Bolsonaro/Guedes estão agindo e impulsionando o processo parlamentar de votação da reforma. A imprensa burguesa faz campanha, minuto a minuto,

Campanhas do POR

do método da ação direta. Entre outras explicações, afirma: *“A ação direta é oposta aos métodos passivos, como a pressão parlamentar, os recursos judiciais, as eleições burguesas, etc., que são os meios empregados pela classe dominante para manter os explorados submissos”*.

Boletim da Corrente Proletária da Educação-SP



O Boletim inicia com o chamado: *“É possível derrotar a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes. Que as centrais e sindicatos preparem desde já a greve geral”*. Conclui: *“A Corrente Proletária rejeita as manobras distracionistas das direções sindicais Nada de submeter os movimentos ao calendário de votação da reforma no Congresso Nacional. Só uma poderosa greve nacional poderá brear esse violento ataque do governo”*.

Em uma nota, denuncia as manobras legalistas da direção da Apeoesp. Que foge do dever de mobilizar os professores em defesa da reposição salarial. Conclui: *“Reafirma que a reposição salarial do enfrentamento dos professores para derrotar a imposição dos cortes de recursos à educação e aos salários”*.

Realiza, também, a campanha contra o fechamento da Ford. Diz: *“É urgente pôr em pé a frente única em defesa dos empregos, salários e direitos”*. Finalmente, traz uma nota sobre a Venezuela: *“Abaixo a intervenção militar de Trump-Guaidó na Venezuela! Pela autodeterminação da nação oprimida contra a nação opressora”*. O Boletim conclui rechaçando *“o seguidismo de Bolsonaro a Trump”*.

de convencimento da população da necessidade da reforma. No entanto, os explorados sabem que a nova lei da Previdência desfechará um violento golpe sobre suas condições de vida.

Nas fábricas e em todo lugar de trabalho e estudo, já despontaram milhares de combatentes dispostos a irem à luta. São aqueles que mais compreenderam o bárbaro significado da reforma da Previdência. Formam um batalhão de frente, capaz de organizar a greve geral, impulsionando o ódio da maioria a esse maldito ataque. Essa vanguarda, mais consciente e disposta, aguarda e necessita que os sindicatos e movimentos criem as condições políticas e organizativas para que assumam a organização do combate de milhões de brasileiros. É preciso, portanto, que as centrais se mostrem firmes no objetivo de derrubar a reforma, e derrotar o governo antinacional e antipopular. As massas apenas necessitam de uma direção classista, combativa, fiel e honesta, para marcharem unidas contra a reforma da Previdência.

Sabemos quais são os principais obstáculos, que têm retardado a organização da luta nacional. O mais difícil deles se encontra na conduta das próprias direções sindicais e políticas. São eles: 1) o *divisionismo* que persiste entre a cúpula burocrática das centrais; 2) a

posição de que alguma reforma da Previdência é preciso ser feita e inevitável; 3) a diretriz política de que o movimento é de convencimento dos parlamentares, para que votem contra a reforma; 4) o condicionamento do movimento anti-reforma ao calendário parlamentar; 5) a separação entre a luta contra a reforma da Previdência das lutas contra o fechamento da Ford e o maléfico acordo da GM; 6) o isolamento imposto à greve dos servidores municipais de São Paulo, que abriu o caminho ao movimento de derrubada da reforma da Previdência; 7) a desconfiança gerada entre os explorados quanto às declarações de importantes dirigentes sindicais em favor do regime de capitalização, que possibilitaria aos sindicatos gerenciarem os recursos juntamente com os banqueiros.

Sabemos, também, que essas atitudes da burocracia sindical se apoiam em outros tipos de obstáculos à luta independente dos explorados: 1) a existência dos reflexos eleitorais, uma vez que Bolsonaro acabou de chegar ao poder pela via eleitoral; 2) as igrejas evangélicas continuam trabalhando pela passividade dos explorados diante dos ataques de Bolsonaro; 3) a oposição parlamentar, entre elas o PT e PCdoB, que reconhecem a legitimidade política de Bolsonaro; 4) a divisão da oposição, que favorece as manobras do governo; 5) a adaptação da oposição às pressões da burguesia e do governo sobre a necessidade de uma reforma da Previdência (pressão essa que chegou ao ponto do PCdoB apoiar a eleição de Rodrigo Maia à presidência da Câmara de Deputados); 6) os governadores da oposição, entre eles os do PT e PCdoB, se colocaram pela reforma; 7) os governadores petistas da Bahia e Ceará já fizeram uma reforma da Previdência em seus estados. Como se vê, a burocracia sindical depende, em grande medida, do que faz ou deixa de fazer a oposição burguesa parlamentar.

As duras condições de existência da maioria oprimida e o pequeno desenvolvimento de uma direção revolucionária no seio da classe operária acabam facilitando esse jogo perverso entre governo e oposição. O desemprego e subemprego continuam altos. A reforma trabalhista e a terceirização vêm sendo implantadas, sem a devida resistência dos sindicatos. Há uma massa de jovens fora da produção e das escolas. A justa desconfiança dos assalariados diante das direções sindicais burocráticas, autoritárias e conciliadoras.

Obstáculos como esses têm de ser superados para impor uma derrota à burguesia e ao governo. A base para reverter esse quadro adverso se encontra na revolta da maioria explorada contra a reforma da Previdência, o desemprego crescente, as demissões em massa, a substituição do trabalho efetivo pelo trabalho terceirizado e contra a miséria. O capitalismo em decomposição aviva o instinto de defesa dos explorados. O governo, que acaba de ser eleito, se choca com aqueles que o elegeram. As ilusões democráticas de que o novo governo ultradireitista e militarizante resolveria a crise econômica e política, rapidamente, se despedaçam. Objetivamente, a classe operária, os camponeses pobres e as amplas camadas da classe média arruinada se veem obrigadas a resistir aos ataques e a procurar o caminho da luta de classes.

Serão as necessidades e as pressões das massas que empurrarão as centrais sindicais à greve geral. Principalmente quando as negociatas por cima falharem. O governo Bolsonaro desconheceu a burocracia sindical, como um todo. Temer fez o mesmo com seus projetos de reformas previdenciária e trabalhista. Acabou com o imposto sindical. Somente assim, as centrais se uniram e convocaram a greve geral de 28 de abril de 2017. As jornadas de março e abril expressaram a disposição de luta dos explorados. No final das contas, porém, Temer conseguiu impor a reforma trabalhista e a lei da terceirização, bem como o fim

do imposto sindical. Aparentemente, a ditadura civil de Temer se mostrou mais forte. Aparentemente, porque o movimento nacional foi desmontado pelas centrais, logo após a greve geral. A Força Sindical, UGT, etc. abriram negociação com Temer. A CUT e aliados aproveitaram a divisão, se recolheram e passaram a preparar a campanha eleitoral de outubro. Os sindicatos, dirigidos pela esquerda centrista, se mostraram incapazes de travar o combate ao divisionismo. Essa experiência ainda está viva na memória da vanguarda que esteve à frente da greve geral.

Bolsonaro vem seguindo a linha de Temer. Também pressiona a burocracia com a eliminação do recolhimento das contribuições sindicais em folha de pagamento. Não é difícil que, novamente, o Solidariedade e demais partidos da oposição negociem uma saída. O que depende, exclusivamente, de Bolsonaro. É do interesse de Rodrigo Maia ganhar apoio de uma parcela da oposição burguesa e da burocracia sindical. A defesa da greve geral, portanto, deve vir acompanhada da defesa da independência do movimento diante da oposição burguesa e dos previsíveis traidores de nossa causa.

A esquerda sindical, que reivindica a independência, e critica a política de colaboração de classes, tem o dever de organizar uma fração antiburocrática, de combater o divisionismo e impulsionar a unidade de ação direta das massas. Não é sério levantar a bandeira de greve geral e permanecer à sombra da burocracia conciliadora. Não é consequente colocar-se pela bandeira de Abaixo a Reforma da Previdência e seguir os passos da burocracia, que manobra no parlamento.

Os explorados estão diante de um poderoso embate, que se resolverá pela luta de classes. Terão de passar por cima da política de colaboração de classes e de submissão à democracia burguesa.

A reforma da Previdência é estratégica para o governo Bolsonaro. Também era para a ditadura civil. Mas, Temer deu à burguesia a reforma trabalhista e a lei da terceirização. É elogiado e protegido pelo poder econômico, político e judicial por essa façanha. Bolsonaro representa a continuidade. Tem de impor, a qualquer custo, a brutal reforma da Previdência. Não é possível, portanto, quebrar esse ataque anti-operário, sem ferir de morte a governabilidade bolsonarista.

Os explorados estão diante de um poderoso embate, que se resolverá pela luta de classes. Terão de passar por cima da política de colaboração de classes e de submissão à democracia burguesa. A greve geral de abril de 2017 evidenciou a força das massas. Parar o País é cessar, por um momento, o poder da burguesia sobre a economia. A lição está em combater as direções conciliadoras e criar as organizações independentes de base, como os comitês de frente única.

***Que o Dia Nacional de Luta levante a bandeira
"Abaixo a reforma da Previdência
de Bolsonaro/Guedes/Maia/Alcolumbre!"
Que seja o ponto de partida para organizar
a greve geral!***

***Por um movimento nacional independente
dos capitalistas, da oposição burguesa
e do Congresso Nacional!***

***Derrotemos nas ruas o governo militarista,
ditatorial, fascizante, antinacional
e antipopular de Bolsonaro.***

Finalmente, Alcântara entregue aos Estados Unidos

Fernando Henrique Cardoso, em 2001, montou um acordo com o governo norte-americano, que passava Alcântara ao controle do imperialismo. O Congresso Nacional não o aprovou. De lá para cá, os Estados Unidos não cessaram as pressões para que as tratativas fossem retomadas. A ditadura civil de Michel Temer reabriu o processo e, agora, o governo militarista de Bolsonaro concluiu com o acordo. O encontro de Bolsonaro com Trump, em Washington, resultou em assinatura do documento.

O governo, os militares e a imprensa monopolista procuram dar a ideia de que a decisão é um ato de soberania do Brasil. Segundo informações, o novo acordo é distinto, porque não consta de cláusulas que davam poder territorial aos Estados Unidos. Diz Sérgio Amaral, embaixador do Brasil nos Estados Unidos: “O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas deixa claro que não haverá segregação de uma área da Base de Alcântara em favor dos Estados Unidos, como se o Brasil estivesse cedendo soberania sobre o território nacional”. E conclui: “Não é cessão de território para ninguém, é um espaço que foi transformado em área de acesso restrito”.

Está claro que os Estados Unidos terão controle do espaço cedido pelo Brasil, ainda que não de forma tão descarada, como previa o acordo de Fernando Henrique Cardoso. O fato é que a maior potência estabelece em território brasileiro uma base de lançamento de foguetes, mísseis e satélites. Diz o próprio embaixador brasileiro: “Essa negociação encerra quase vinte anos em que estamos tentando lançar da Base de Alcântara mísseis de maior capacidade, de maior porte e que podem ser utilizados no uso comercial, sobretudo, de lançamento de satélites”. Ao Brasil, fica vedado o acesso à tecnologia espacial americana.

A propaganda dos entreguistas é de que os acordos internacionais não devem ser guiados por critérios ideológicos. Entende-se por critérios ideológicos o reconhecimento de que os Estados Unidos exercem o poder imperialista no mundo e, em particular, sobre o Brasil. Também seria ideológico o reconhecimento de que ceder uma parte do território nacional, para a instalação de uma base estrangeira de lançamento de mísseis, que, inevitavelmente, é de controle militar da potência, fere a soberania nacional. Os entreguistas se esforçam por argumentar que se trata tão somente de um acordo de cooperação entre nações.

Os Estados Unidos, que detêm 80% do mercado espacial, e que controlam, em grande medida, a tecnologia trancada a sete chaves, assim, estariam usando um potencial do Brasil (Alcântara), e oferecendo em troca possibilidades de parcerias comerciais e tecnológicas. Esse argumento é típico de serviçais, e que mal esconde a impostura. Os vendilhões acabam de colocar nas mãos da Boeing norte-americana a Embraer.

O imperialismo não permite que um país semicolonial desenvolva suas forças produtivas com independência. Bloqueia seu avanço científico-tecnológico, por meio do cerco econômico, das

pressões militares e da política internacional de subjugação das nações oprimidas. Os Estados Unidos e seus aliados ditam o que pode e o que não pode ser conquistado pelos países semicoloniais. Ditam até onde podem chegar com as investigações científicas e tecnológicas.

O argumento de que o acordo de Alcântara supera a ideologia sobre uma soberania que fecha o país e impede que se abra uma perspectiva de maior inserção do Brasil internacionalmente vai ao encontro dos interesses dos Estados Unidos. Os ideólogos de uma soberania aberta, em nome dos interesses nacionais, ocultam a relação de dominação exercida pelo imperialismo. Não há cooperação entre nação opressora e nação oprimida. Há, sim, imposição.

Somente na aparência os governos Temer e Bolsonaro realizam um acordo que favorece o desenvolvimento do País, a inserção internacional e a soberania nacional. Esses governos expressam, politicamente, os interesses do capital financeiro interno e da fração industrial, que estão profundamente entrelaçados com o capital imperialista. É sintomático que Bolsonaro tenha sido claro em determinar que sua política se distinga da política dos governos anteriores por se alinhar completamente aos Estados Unidos. É nessas condições que Alcântara passa ao controle norte-americano.

A classe operária e demais explorados não compreendem a gravidade desse passo e não se levantam contra o servilismo da burguesia nacional, porque as direções reformistas e a burocracia sindical são incapazes de combater o governo francamente pró-imperialista. Os entreguistas referem-se à superação da ideologia de uma soberania estreita, que impediu durante vinte anos o acordo de Alcântara. Essa ideologia diz respeito à posição dos governos petistas – na época de Fernando Henrique Cardoso fizeram oposição ao acordo. Ocorre que a trava do pseudo nacionalismo reformista foi quebrada pelo golpe de Estado de 2016 e pela consequente eleição do governo ultradireitista de Bolsonaro. O nacional-reformismo, em cuja base se encontra a sombra do velho nacionalismo burguês, pôde retardar a entrega de Alcântara, mas não impedi-la. Agora, na oposição, se mostra impotente diante da arremetida do imperialismo norte-americano sobre a América Latina e do aberto entreguismo de Bolsonaro.

O acordo de Alcântara e a negociata com a Boeing se realizam sem que haja qualquer resistência anti-imperialista. Essa paralisia é fruto da própria subserviência dos reformistas à democracia burguesa e a sua acomodação ao capital monopolista.

O proletariado desorganizado e desarmado de sua política própria, assim, não tem como pôr em pé uma frente única anti-imperialista. A vanguarda deve ter consciência desses obstáculos e trabalhar fundo pela independência nacional e pela ruptura com o domínio imperialista. Tarefas essas que fazem parte do programa da revolução proletária.



A classe operária e demais explorados não compreendem a gravidade desse passo e não se levantam contra o servilismo da burguesia nacional porque as direções reformistas e a burocracia sindical são incapazes de combater o governo francamente pró-imperialista.

Crise no aparato do Estado

Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu abrir um inquérito criminal para apurar o que considera “notícias fraudulentas”, “denúncias caluniosas”, “ameaças e infrações revestidas de ânimo calunioso, difamante e injuriante que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo, de seus membros e familiares”. O inquérito será realizado sob estrito sigilo. Essa decisão provocou reações no Ministério Público. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República, considera que ao STF não cabe realizar investigações. Além disso, Dias Toffoli não indicou quem seria os investigados. Acredita-se que a medida está dirigida a auditores da Receita Federal. Não estão descartados, como alvos, os procuradores Deltan Dallagnol e Diogo Castor.

Não se trata apenas de uma reação a manifestações políticas dos procuradores mencionados, que denunciaram um movimento do STF de cerceamento e enterro da Operação Lava Jato. A divergência política se agravou em torno ao julgamento no STF, de transferir os processos de caixa 2 para a Justiça Eleitoral. Segundo Dallagnol, atribuir à Justiça Eleitoral competência para julgar casos de crimes comuns, em que estiverem implicado crime eleitoral, significa, em suas palavras, “fechar a janela de combate à corrupção política que se abriu há cinco anos”.

Outro conflito político se deu com o pedido da procuradora Raquel Dodge ao STF, para que anulasse um acordo constituído entre a Petrobras e procuradores da Lava Jato de Curitiba, que criava uma espécie de fundação para administrar um fundo proveniente da multa de R\$ 2,5 bilhões, estipulada por uma ação aberta nos Estados Unidos contra a Petrobras. Nesse caso, a reação não partiu dos ministros do Supremo, mas no interior da própria Procuradoria-Geral da República. Os procuradores da força tarefa de Curitiba foram obrigados a retroceder no seu objetivo de manejar a gigantesca multa. O que evidenciou a profunda crise instalada nesse aparato do Estado. No entanto, o que levou Dias Toffoli a lançar mão de uma investigação contra auditores da Receita Federal e procuradores foi um motivo muito mais forte que os acima descritos.

A Receita Federal, por meio de sua Equipe Especial de Programação de Combate a Fraudes tributárias (EEP Fraude), identificou 134 nomes de alto escalão como possíveis fraudadores. Entre eles, constam os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Isabel Gallotti. A investigação implicava Guiomar Feitosa e Roberta Maria Rangel, respectivamente, a mulher de Gilmar Mendes e de Dias Toffoli. O auditor do caso Gilmar Mendes apontou em seu relatório possíveis crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio ou tráfico de influência por parte do ministro e familiares. Gilmar Mendes contra-atacou, denunciando a Receita Federal por agir como uma Gestapo, polícia política de Hitler, ou como milícias que jogam ao vento especulações. O secretário da Receita, Marcos Cintra, foi acionado para se colocar ao lado dos denunciados pelos auditores. Cintra os acusou de “meliantes”, que “vazaram meias-verdades para gerar intrigas e dissídia no governo”.

A população está diante do retrato perfeito da podridão que tomou conta dos poderes do Estado e de suas relações internas. Ao invés dos ministros responderem às denúncias abrindo seu

sigilo bancário, recorreram exatamente a esse instituto, que lhes permite ocultar o patrimônio. Há algum tempo atrás, falava-se da necessidade de abrir a “caixa preta” do judiciário. Somente os ignorantes e os completamente alheios à vida política do País desconhecem que a corrupção é uma das marcas profundas das instituições do Estado, e, em particular, do Judiciário. Os poderes da República têm como vaso comunicante a corrupção, cujas formas são as mais variadas. As barganhas políticas são as que mais se evidenciam, principalmente na situação de agravamento da crise institucional.

Esses últimos acontecimentos expressam o esgotamento da Operação Lava Jato. Suas ações devem se conformar com investigações colaterais. O Congresso Nacional e o Judiciário admitiram a amplitude da investigação, porque estava voltada, principalmente, contra o PT. Lula está preso e o PT se acha amarrado pelas pernas. Não há por que o Ministério Público, a Justiça e a Receita Federal continuarem usando a massa de informações, que reuniram durante os anos de investigação, por meio da chamada força-tarefa. O vazamento contra os petistas, e as prisões preven-

Esses últimos acontecimentos expressam o esgotamento da Operação Lava Jato. Suas ações devem se conformar com investigações colaterais.

tivas, se tornaram normas. Cumprido o objetivo de destruir politicamente o PT, é hora de recolher esse método e, se necessário, coibi-lo. É o que está fazendo Dias Toffoli com a abertura de um inquérito contra aqueles que resistem a se ajustar à nova situação política, que se abriu com o golpe de Estado, em 2016, e com a eleição de Bolsonaro, em 2018.

É bem provável que o choque no interior dos poderes, motivado pelas denúncias de corrupção, vai se prolongar. Mas, será tratado de forma diferente daquela utilizada na caça aos petistas. Até agora, ninguém mexeu com Temer. Aécio Neves exerce tranquilamente o seu mandato parlamentar. Flávio Bolsonaro, suspeito de vínculo com as milícias do Rio de Janeiro, parece ser um dos intocáveis. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro, denunciado por desvio de recursos eleitorais, permanece acobertado pelo governo moralista de Bolsonaro. O rosário de casos é enorme.

A corrupção é inerente ao capitalismo. De quando em quando, passa a ser instrumento da luta interburguesa. E é utilizada para enganar os explorados, como se houvesse uma política honesta e outra desonesta. Honestidade e desonestidade nunca foram e nunca serão um componente de distinção da política burguesa. Nas condições de desintegração do capitalismo, prolifera todo tipo de gangsterismo burguês. O avanço da podridão do Estado, dos partidos e do parlamento é parte do avanço da barbárie.

É importante compreender o fenômeno da corrupção política para combater as ilusões insufladas nas massas pela ideologia burguesa de moralidade. Recentemente, Bolsonaro foi eleito sob a bandeira dessa moralidade, que não se sustentou nem por um dia. A luta dos explorados para enterrar a corrupção burguesa, e, com ela, o cinismo da moralidade, se inicia pela defesa de suas reivindicações e prossegue marchando em direção à destruição do poder da burguesia pela revolução proletária.

Reunião conspirativa de Bolsonaro e Maia Que se quebre o sigilo dos homens de Estado

Em seguida à desavença entre o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e Receita, o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, fez um churrasco de confraternização entre os três poderes. O objetivo foi o de amenizar a crise política. Os homens do poder precisam da calma para impor a reforma da Previdência, avançar as medidas da reforma trabalhista, ir em frente com o plano de privatizações de Guedes e acertar o alinhamento do Brasil com o imperialismo norte-americano.

As denúncias de corrupção já atingi-

ram o governo, Bolsonaro e sua família. O superministro da Justiça, Sérgio Moro, está bem acomodado em seu cargo. Assiste ao disciplinamento de setores mais radicais da Operação Lava Jato. E esses resistem, tendo em suas mãos valiosas informações sobre os ministros do STF e de muitas outras autoridades.

O encontro de Bolsonaro, Maia, Alcolumbre e Toffoli, sob a forma de encontro fraternal, serviu para ajustar os ponteiros para uma ação conjunta de apaziguamento dos ânimos. O brutal ataque contra os explorados exige a ação

coordenada dos poderes.

É importante que as Centrais, sindicatos e movimentos exijam a quebra dos sigilos dos governantes, ministros, juízes, parlamentares e todos os envolvidos na conspiração contra a vida da maioria oprimida. Que um Tribunal Popular tenha livre acesso às contas da corja burguesa. Que não se vote a reforma da Previdência, enquanto o sigilo não for quebrado, e exposta a riqueza da camarilha, que leva adiante as contrarformas ditadas pelo capital financeiro e pelo imperialismo.

Bolsonaro faz questão de se apresentar como cão de guarda dos Estados Unidos

Três comentários do chefe de Estado brasileiro mostram o quanto está disposto a servir. Assim que pôs os pés em solo norte-americano, Bolsonaro declarou: *"Pela primeira vez em muito tempo, um presidente brasileiro que não é antiamericano chega a Washington"*.

Bolsonaro falseia a história, para exacerbar o servilismo. O correto é que o Brasil nunca teve um presidente tão antinacional e tão sabujo do imperialismo quanto Bolsonaro.

O inspirado presidente completou: *"É o começo de uma parceria pela liberdade e prosperidade, como os brasileiros sempre desejaram"*. O correto é que se trata da liberdade do imperialismo saquear a América Latina e o mundo, e da prosperidade do capital financeiro parasitário, que suga as pobres nações semicoloniais. A noção de liberdade e prosperidade é ditada pelos monopólios, que se agigantam, explorando a força de trabalho e saqueando as riquezas naturais em toda a parte. A liberdade empunhada por Bolsonaro não é a desejada pelos brasileiros, mas a imposta pelo poder financeiro e militar dos Estados Unidos. É típico dos autocratas confundirem o que pensam com o que, de fato, desejam os povos oprimidos.

Bolsonaro se candidatou como um autocrata a serviço dos Estados Unidos e, em particular, da política nacional-imperialista de Trump. O que disse sobre o "antigo comunismo" não passa de oratória desconexa para agradar os exploradores e saqueadores do mundo.

Alojado com distinção na Blair House, Bolsonaro não se conteve em sua autoglorificação, graças à "honraria concedida a poucos

chefes de Estado". O servo entra no paraíso de seu senhor e se acha parte dele.

Essa impressionante sequência de bajulação aos Estados Unidos reflete o grau de degradação da burguesia brasileira. Chegou-se ao ponto de os evangélicos tomarem em suas mãos as bandeiras ideológicas do imperialismo norte-americano, como se fossem genuínos produtos brasileiros. A impotência da burguesia nacional é tão grande que se vale de um governo tão ignorante da história, e tão estúpido ideologicamente, para, assim, impor ao País e à sua população as diretrizes ditadas pelo capital financeiro e monopolista. Já não se vela por qualquer brio nacional, mesmo o mais retórico e inócuo.

A crise mundial arrastou o Brasil para o precipício. Golpeou as falsificações dos reformistas. Expôs a incapacidade dos governos petistas. Alimentou a reação direitista e ultradireitista. Deu projeção às tendências ideológicas fascizantes. E pariu um governo que é lobo diante dos explorados, e cordeiro diante do imperialismo norte-americano.

O mais importante dessa experiência é que vem mostrando à vanguarda a profunda crise de direção revolucionária. O combate claro e firme à ofensiva mundial do imperialismo, sob a estratégia da revolução proletária, é a condição para desenvolver os embriões do partido marxista-leninista-trotskista. No Brasil, esse combate passa pelo enfrentamento ao governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro. O que implica desmascarar o reformismo impotente do PT e o centrismo inconsequente da esquerda.



Para a alegria do capital estrangeiro e dos vendilhões nacionais

Bolsonaro reabriu o processo de entrega de ativos estatais a investidores internacionais e aos asseclas nacionais. Aeroportos das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste foram leiloados no dia 15 de março.

Pelo visto, o grande vencedor foi o capital espanhol. A Aena ficou com o bloco do Nordeste, cobiçado por sua rota com a Europa. A suíça Zurich se interessou pelo Sudeste. Os aeroportos do Centro-Oeste passaram ao controle do consórcio Aeroeste, centralizado pelo capital nacional Socicam. É bem possível que o capital estrangeiro esteja presente na formação do consórcio. De qualquer maneira, o plano de privatização de Bolsonaro segue a linha traçada pela ditadura civil de Temer, que é de total entreguismo.

O montante de R\$ 2,377 bilhões arrecadados já tem o destino certo – será entregue aos credores da dívida pública. Ob-

serva-se que, em grande medida, as privatizações atendem às exigências dos financistas, que exercem poderosa pressão sobre o Estado e os governos, por meio do controle de títulos da dívida pública. O mesmo se passa com a reforma da Previdência, a desvinculação dos gastos com a saúde, educação, moradia, etc., bem como com todo o ajuste fiscal. O imperialismo e seus sócios menores nacionais se valem da crise econômica por que passa o País para ampliarem a desnacionalização.

Estão maduras as condições objetivas para os explorados se erguerem por meio de uma frente única anti-imperialista, empunhando as bandeiras de defesa e independência nacionais, sob a estratégia própria de poder do proletariado. É preciso lutar para quebrar as travas do reformismo, que conclui de joelhos diante do entreguismo da burguesia nacional.

Municipais- São Paulo

Greve dos trabalhadores municipais contra a reforma da Previdência (Sampaprev)

No período de 4 de fevereiro a 8 de março de 2019, os servidores municipais de São Paulo protagonizaram uma greve de resistência contra a Reforma da Previdência municipal (Lei 17.020), que tem como essência o confisco salarial (aumento da alíquota de 11% para 14%) e a criação de uma previdência completar (SAMPAPREV), diretamente ligada à imposição do teto as aposentadorias, equiparado ao do INSS, para os servidores que ingressarem a partir dessa lei.

A principal marca dessa greve, que durou 33 dias, foi a unidade do funcionalismo municipal, e a enorme resistência dos trabalhadores diante da intransigência do prefeito Bruno Covas/PSDB. Esse avanço político e organizativo, que se concretizou na unidade dos trabalhadores pela base, foi forjado no processo de luta contra a reforma da Previdência, que se arrasta no município, desde 2016.

A enorme disposição de luta foi demonstrada nas assembleias e passeatas massivas, chegando a mais de 80 mil trabalhadores, na realização de vários atos regionais, e nos comandos unificados, que percorriam as diferentes unidades do serviço público municipal (escolas, postos de saúde, cemitérios, centros de referência de assistência social, etc.).

É importante destacar que, embora a greve tenha partido de reivindicações municipais, passou a fazer parte da luta nacional contra a reforma da Previdência federal. Não se tratava apenas de reivindicar a revogação da lei 17.020 e o reajuste salarial, mas de se incorporar à luta contra a PEC/06, apresentada por Bolsonaro/Guedes no Congresso Nacional, a partir de 20 de fevereiro. Nesse sentido, a greve dos municipais foi a condição concreta para se levantar um movimento nacional, demonstrando para o conjunto dos trabalhadores o caminho para enfrentar o brutal ataque, que será desferido pela burguesia e seus governos contra os direitos dos explorados. A greve apontava, assim, a necessidade urgente da greve geral.

No entanto, essa enorme disposição de luta e o avanço político e organizativo que impôs a unidade dos trabalhadores se viram diante do impasse, que era o isolamento da greve. Esbarrou na política imobilista das centrais sindicais e sindicatos, particularmente, do funcionalismo estadual. Mais ainda. A greve ocorria no momento em que a classe operária se manifestava contra os acordos de retirada de direitos (GM) e contra o fechamento da Ford. Mas, nenhuma ação de unidade efetiva foi concretizada.

O principal exemplo dessa política imobilista foi o ato de 20 de fevereiro, convocado pelas centrais, como “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora”. As centrais e os sindicatos, que conduziam a greve, não moveram uma palha para que os grevistas comparecessem organizados, e pudessem expressar a necessidade de arrancar o movimento do isolamento. Assim, o dia 20 de fevereiro não passou de discursos de burocracias sindicais.

No dia 8 de março, “Dia Internacional da Mulher”, as burocracias suspenderam a greve. Bruno Covas apresentou um protocolo de propostas vazias e algumas migalhas, para colocar fim a greve. Eis: instalar processo negocial, a partir de abril, e com duração de até 90 dias; instalar a mesa setorial de educação; aplicar abono emergencial para o agente de apoio (nível básico), no valor mensal de R\$ 200,00 e R\$ 300,00 para o nível médio, e o pagamento dos dias parados.

Nenhuma das reivindicações foi atendida! Mas, as burocracias já tinham decidido pôr fim à greve. Usaram do autoritarismo e da falta de democracia nas assembleias para convencer os grevistas de que o movimento não tinha como prosseguir. Mesmo assim, a votação pela suspensão e continuidade dividiu a assembleia. Rapidamente, os burocratas anunciaram a suspensão do movimento. Dessa experiência, a Corrente Proletária lançará um folheto com o balanço completo do movimento, as lições e as posições defendidas pelo POR nesses 33 dias de greve.

Nota do POR sobre o massacre na Escola Estadual Raul Brasil / 15 de março de 2019

COMO ENTENDER TAMANHA INSANIDADE?

Não é a primeira e não será a última vez que ocorrerão assassinatos coletivos, sem que se tenha um motivo claramente exposto. Dois jovens um de 17 anos, Guilherme Tauci Monteiro, e outro de 25 anos, Luiz Henrique de Castro, adentraram a escola, onde foram alunos, um deles retirou a arma da mochila e atira indiscriminadamente na fila de espera de atendimento da secretaria. Abateu a Coordenadora Marilena Umezu, a agente escolar Eliana Regina Xavier e os estudantes Kaio Lucas, Samuel Melquíades, Douglas Murilo, Caio Oliveira, Claiton Antônio. Em seguida, Luiz Henrique entrou e golpeou com uma machadinha as vítimas já abatidas, num gesto de confirmação do massacre. Guilherme avança e continua atirando. No final, segundo informação da polícia, um dos atiradores mata seu parceiro e se suicida.

As cenas de ódio, loucura e perversidade exigiram explicações das autoridades, psicólogos, educadores, etc. Uma das mães disse que poderia ser devido ao bullying que sofreu Guilherme. Mas não passou de uma palavra solta por uma mãe desesperada. O fato é que, imediatamente, não apareceu um motivo concreto. Policiais e promotores especializados suspeitam de “terrorismo doméstico”. A linha de investigação tem como principal pista o vínculo dos jovens com um fórum da internet, que promove a violência, entre elas, a apologia contra homossexuais, negros, mulheres, nordestinos e judeus. A internet abriga um submundo do crime e da mentalidade fascista. A suspeita da polícia é de que os jovens teriam sido influenciados por esse submundo clandestino – dark web. Nesse canal da internet, tanto se incentiva ações criminosas e fascistas, quanto se aplaude o “heroísmo” dos matadores.

É provável que Guilherme e Luiz Henrique tenham se inspirado nesse ideal de violência individual e indiscriminada. É bem provável, também, que procuraram, com a explosão de ódio mortal, atingir a instituição escola. Pode ser que a investigação acabe revelando outros elementos e aspectos da fúria juvenil. Temos a certeza de que nem a polícia, nem os psicólogos irão à procura da raiz da tragédia.

É explícita e bem conhecida a proliferação de uma cultura da violência individual e institucional. Trata-se de um enorme retrocesso civilizatório do capitalismo em decomposição. Não por acaso, a sua matriz se encontra na maior potência mundial, que são os Estados Unidos. De lá, não apenas se emana o que há de mais bestial e degradante da cultura, como também os seus exemplos práticos. O Brasil é um dos países mais americanizados do mundo. É um grande importador de sua produção “cultural” enlatada. A internet é praticamente um monopólio norte-americano. Em sua base, está o poder econômico imperialista.

Essa linha de explicação pode parecer distante do que ocorreu numa das escolas de Suzano. Mas não há caminho mais seguro para a explicação de um fato aparentemente caótico e de difícil compreensão. É sintomático que os meios de comunicação tenham lembrado que o massacre na Escola Raul Brasil não foi um raio no céu azul. Que, no Brasil, há uma sequência, que o precedeu. E lembraram, também, as inúmeras chacinas ocorridas nos Estados Unidos. A repetição de tais acontecimentos exige uma explicação, que vá além da superfície e da aparência do fenômeno.

A cultura da violência e os incentivos às discriminações não são causas em si mesmas. Basta investigar, de forma livre e independente, para se chegar à sua base material. A cultura da violência individual e institucional (a polícia é um dos instrumentos da violência do capitalismo) é um reflexo das contradições econômi-

cas e sociais do capitalismo, em sua fase imperialista de decomposição. O desemprego crescente, subemprego, baixos salários e vasta miséria são semeadores de profundos desequilíbrios sociais, de desajuste na psicologia coletiva das massas e da criminalidade, que arrasta parte da juventude. O narcotráfico, as milícias constituídas na própria polícia, a expansão do comércio da droga entre as massas e o fortalecimento do Estado policial são parte dessa materialidade, que condiciona a cultura da violência. O racismo, a misogenia, a homofobia e todo tipo de discriminação germinam e florescem nesse semeador. São exemplificativos os gestos e ideias de Bolsonaro, Witzel, Doria e outros governantes de que “bandido bom, é bandido morto”. E de que é preciso aumentar a capacidade letal da polícia. Essa mentalidade e orientação policial retrata a incapacidade do Estado em resolver as contradições capitalistas, que vêm projetando a barbárie social. Não é difícil encontrar a confluência de tais ideias fascistas do plano da legalidade burguesa com o plano do submundo da dark web.

Não temos dúvida de que os responsáveis pelo massacre em Suzano são a burguesia, seu Estado, sua cultura da violência e sua mentalidade de armamento individual. Guilherme e Luiz Henrique também são vítimas. O assassinato frio começou pelo seu tio-empregador e concluiu com a matança na escola. Está aí por que compõem aos olhos da população como monstros. É melhor assim para ocultar os verdadeiros responsáveis pela tragédia. É mais fácil, também, estigmatizar a família dos matadores, sem ter em conta que perderam os filhos e carregam a culpa pelo desvario dos jovens. A cegueira política da população o leva a voltar sua raiva contra os assassinos e a sua família. As instituições burguesas lhes cercam com um falso e hipócrita sentimento de dor. A dor real das famílias, que perderam seus filhos de maneira aparentemente incompreensível e injustificada, é usada pelos governantes e religiosos, separando-a da dor sentida pelos pais de Guilherme e Luiz e Henrique.

Essa forma de desconhecer a tragédia dos próprios jovens, que cometeram tamanha insanidade, é típica da política burguesa. Não poderia ser de outra maneira, uma vez que se oculta o processo de decomposição social, que arrasta uma expressiva parcela da juventude aos profundos desequilíbrios, ao desespero e à loucura. O que é incompreensível é a atitude de organizações de esquerda que correram a se solidarizar com os familiares e amigos de todas as vítimas, sem reconhecerem que Guilherme e Luiz Henrique também são vítimas. Pior ainda, é que atribuem à desgraça a falta de segurança nas escolas. Questionam a atual política de segurança pública do PSDB em São Paulo e de Bolsonaro em todo o país, por agravar a violência. Se é certo que a segurança pública dos governantes de direita é um agravante, também é certo que não há segurança pública de qualquer governo burguês que não agrave a violência. Dizer que o problema é de segurança, é juntar-se aos argumentos burgueses de que é possível uma segurança em favor da população. Doria não demorou em prometer maior segurança nas escolas. Discute-se, inclusive, colocar a polícia em seu interior. A esquerda que atribui a falta de segurança ao que aconteceu em Suzano, oculta as verdadeiras causas da insanidade juvenil.

É preciso admitir que o capitalismo envelhecido não pode impulsionar o desenvolvimento econômico, social e cultural. Sua decomposição se manifesta na forma de barbárie. Há pouco tempo, o rompimento da barragem de Brumadinho enterrou na lama mais de 300 pessoas. São assassinados no País mais de 60 mil pesso-

as por ano, dentre elas, uma grande quantidade de jovens. Não é preciso se estender nos números tétricos. Basta entender que a matança da Escola Raul Brasil é parte do mesmo problema.

É preciso ir à raiz dessas tragédias, para organizar a juventude em torno à política socialista da classe operária. A desorganização da juventude e a sua pouca elevação política impossibilitam que

reaja a tais acontecimentos, responsabilizando a burguesia e seu Estado. A juventude tem um papel de imensa importância na luta contra a barbárie e em defesa do programa da revolução proletária. É preciso que tome consciência do avanço da barbárie e de suas causas materiais. Uma tarefa que se coloca de forma premente é a de construir o partido da revolução proletária.

Um ano da morte de Marielle Franco e Anderson Gomes / 14 de março de 2019

O assassinato de Marielle deve ser respondido pelos explorados como um crime de classe

A polícia esperou um ano para apresentar os executores do crime político, que tirou a vida da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Paira no ar a sensação de que antes tarde do que nunca. A imprensa critica a demora, mas reproduz a avaliação das autoridades policiais de que é um “*um caso complexo*”. Há quem diga que a prisão dos policiais Ronni Lessa e Elcio Vieira de Queiroz é, pelo menos, um alívio, ainda que tardiamente. Havia pouca esperança de que as investigações concluíssem com a prisão dos assassinos da militante do PSOL.

As informações reunidas indicavam que o fuzilamento do dia 14 de março de 2018 envolvia as milícias. Aí estava a dificuldade das apurações. As milícias se constituíram no interior da polícia militar. Estão vinculadas por inúmeros laços ao poder político do estado do Rio de Janeiro. Não se tratava apenas de identificar os assassinos. Não foi difícil aos investigadores chegarem aos ex-policiais. Ocorre que não passavam de matadores alugados. Marielle atravessou o caminho de grandes interesses econômicos. Tudo indica ser correta a informação de que as milícias se viram incomodadas com a interferência da vereadora na disputa de terras entre moradores favelados e grileiros, na zona Oeste. Esse motivo é mais forte do que as denúncias que Marielle fazia, na condição de defensora dos direitos humanos, sobre assassinatos de favelados pela polícia. De qualquer forma, tratava-se de uma combinação explosiva.

A profunda e ampla corrupção do poder político e do poder repressivo do Estado é determinada por interesses econômicos, que emanam do capitalismo putrefato. O estado do Rio de Janeiro sintetiza a decomposição econômica e social do País. Não é preciso descrever os inúmeros programas voltados a combater o crime organizado, que envolve a junção do tráfico com a polícia, partidos da ordem, parlamentares, governadores e poderosos empresários. É bom lembrar que Marielle foi assassinada bem às vistas dos militares interventores e, portanto, do governo Temer. É preciso dizer, com todas as letras, que o fuzilamento de Marielle é de responsabilidade, em última instância, do Estado burguês.

Não se deve compartilhar da bandeira de que a Justiça começou a ser feita com a prisão dos executores do crime. Não há possibilidade de justiça, quando se trata de um assassinato político de quem denunciava a matança de favelados e o império da grilagem de terras. Trata-se de um crime de classe, que, porém, é caracterizado formalmente como individual, restrito a interesses particulares deste ou daquele grupo de milicianos. O assassinato de militantes que estejam do lado dos explorados sempre será um crime de classe.

O Partido Operário Revolucionário responsabiliza a burguesia e seu Estado pelo acontecimento do dia 14 de março. O que quer dizer que luta para que o movimento de defesa da completa identificação dos responsáveis se coloque no curso da revolução proletária. É um grave erro recorrer à democracia burguesa para obter a justiça criminal e a reparação política. O assassinato de Marielle se deu sob a democracia oligárquica em decomposição. Há muito tempo, as

milícias existem e se fortalecem à sombra das instituições estatais. É preciso dizer: o assassinato de Marielle e de milhares de lutadores, que vem ocorrendo ao longo do tempo, encontrará a justiça na revolução proletária. Qualquer passo que se dê na identificação dos assassinos de Marielle, arrancados pela mobilização de massa, será uma conquista não da democracia burguesa, mas da luta de classes contra a burguesia e seu Estado apodrecidos.

A discussão sobre o segundo passo a ser dado, depois da prisão dos executores, que é a de revelar os mandantes, já se mostra contaminada pela pergunta se é possível que a própria polícia e as forças políticas da burguesia exponham, à vista dos explorados, a coluna vertebral das milícias. É necessário rejeitar os caminhos que alimentam a ilusão na via parlamentar, policial e judicial, para chegar à raiz do assassinato de Marielle. As denúncias e as revelações de um crime político como esse devem elevar a consciência de classe dos explorados, e não o contrário.

A manifestação de um ano da morte de Marielle e Anderson cumprirá esse objetivo, se estiver sob a bandeira proletária, na qual esteja escrito que a morte de Marielle é um crime de classe. Que a morte de Marielle é parte dos assassinatos de camponeses e indígenas, que lutam pela terra. Que as milícias do Rio de Janeiro agem como os jagunços contratados pelos latifundiários na defesa de seus interesses econômicos.

Os crimes da burguesia contra a classe operária e demais explorados não podem ser punidos pela própria burguesia. Sempre se ocultará a sua raiz de classe. Somente os próprios oprimidos podem apurar e combater os crimes de seus opressores. Está aí a importância de rechaçar as tentativas burguesas e pequeno-burguesas de ocultar a natureza de classe da violência. O proletariado, estando à frente da luta da maioria oprimida, pode constituir um Tribunal Popular, voltado contra o Estado burguês. É muito importante propagandear o conteúdo e a forma de um tribunal popular capaz de expressar o combate dos explorados aos crimes da burguesia.

O POR se solidariza e participa da campanha do PSOL, que exige a investigação completa e a punição dos assassinos de Marielle. Mas, coloca-se pela denúncia de que Marielle foi vítima da luta de classes, em razão de se identificar com as necessidades e sofrimentos dos favelados do Rio de Janeiro. O POR se coloca sob a bandeira da revolução proletária para combater todas as injustiças, violências e crimes da minoria burguesa contra a imensa maioria explorada. Usemos o que há de melhor de um lutador que tomba, abraçado à causa dos pobres e oprimidos. O que há de melhor no exemplo de Marielle é a exposição do quanto o capitalismo está em decomposição, o quanto a burguesia está degenerada e o quanto é necessário pôr em pé o partido da revolução proletária.

***Marielle foi vítima da barbárie capitalista!
Honremos sua vida, combatendo a burguesia
com o programa da revolução proletária!***

Repetem-se todos os anos o 8 de Março distracionista e festivo

Recife



(...) sem que o proletariado esteja à frente das respostas às opressões, não apenas não se avançará na luta pela emancipação da mulher, como também se perderão as pequenas conquistas.

Em Recife, o dia 8 de março ocorreu com a participação de cerca de duas mil pessoas, com marcha nas ruas. O ato teve um caráter festivo, a organização, após uma longa concentração no Derby, intercalava a passeada com manifestações culturais sobre aborto, racismo, violência, opressão sobre indígenas e descriminalização das drogas. O que predominava, porém, era a denúncia do “machismo”, com palavras de ordem despolitizadas. O combate à Reforma da Previdência, um dos eixos, foi pouco mencionado. Foi a tônica da CSP-Conlutas, enquanto a ala dos petistas enfatizava o “Lula Livre”. As falas eram restritas às entidades de mulheres, que participaram da preparação do ato.

Não houve blocos do MST ou MTST, apenas o MUST (Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto) e alguns sindicatos, como SINDSIFPE-Sinasefe, com a bandeira de “Todas pela greve geral! Vivas por Marielle! Em defesa da Previdência, da democracia e dos direitos!”. A composição social era majoritariamente pequeno-burguesa.

A intervenção do POR se deu com banca na concentração, venda do jornal Massas, faixas “Pela emancipação da mulher. Abaixo o capitalismo” e “Greve Geral! Combater as reformas com independência de classe”, com bandeiras e agitação com o megafone e distribuição do manifesto: “Por um dia internacional da mulher, proletário e socialista! Vencer a opressão sobre a mulher, lutar contra todas as formas de opressão.” A boa venda de nossos materiais expressou que houve participação de uma vanguarda que busca respostas ao aumento da opressão capitalista.

O conteúdo do manifesto era de que o fim da opressão da mulher será parte do fim de toda opressão de classe. Que a classe operária tem de tomar em suas mãos o programa de emancipação da mulher e extinção de toda forma de discriminação, como parte do programa da revolução proletária. Com consciência de classe, mulheres e homens, devem partir do reconhecimento de que,

sem que o proletariado esteja à frente das respostas às opressões, não apenas não se avançará na luta pela emancipação da mulher, como também se perderão as pequenas conquistas. Mesmo com os limites impostos pelo caráter do ato e nosso estágio embrionário, fizemos o chamado à construção da greve geral para impedir a aprovação da Reforma da Previdência, e fazer o combate unitário contra todo tipo de opressão e exploração.

Natal

Foram poucas as plenárias convocadas para organizar as atividades do 8 de março. Tudo se resumiu aos encontros das centrais sindicais (CUT, CTB, CSP). Daí saiu um formato de atividade de caráter, festivo, distracionista, e com viés eleitoral. Tudo decidido na cúpula pelas burocracias do movimento.

É importante ressaltar que foram poucos os sindicatos que convocaram a manifestação. Mesmo assim, o ato político (caminhada) contou com a participação de 2.000 pessoas. Apesar da política das direções, o ato contou com uma parcela de manifestantes que levantou bandeiras de luta, particularmente, contra a reforma da Previdência. O que mostrou a disposição de enfrentar as medidas do governo ultradireitista de Bolsonaro. Para superar a política das direções conciliadoras dos sindicatos e centrais, é preciso constituir as frações revolucionárias nos diversos organismos de luta do proletariado, que atuarão sob o programa da classe operária e os métodos da luta de classes.

São Paulo

A manifestação desse 8 de março contou com uma grande participação de mulheres, particularmente, da classe média. Lembrou as jornadas de luta de 2017, que culminou com a greve geral de 28 de abril, pela enorme passeata que tomou a Av. Paulista. No entanto, esteve sob a orientação do reformismo. As palavras-de-ordem, na sua maioria, eram contra o “machismo” e Bolsonaro. Cabe ressaltar que prevaleceu a despolitização de tais bandeiras e a festividade. A luta contra a reforma da Previdência acabou sendo particularizada ao ataque que recairá sobre as mulheres. Ao ato foi burocratizado, só teve direito a intervir no carro de som, comandado inteiramente pelas mulheres, as direções que organizaram a manifestação.

O POR atuou divulgando seus materiais políticos e o jornal Massas. Distribui o Manifesto Nacional, que contou com as seguintes colocações: 1) o objetivo estratégico do movimento das mulheres é o de erradicar a desigualdade e emancipar definitivamente a mulher da sua condição de subordinação econômica e social; 2) a violência sobre a mulher é parte da violência geral, que recai sobre a maioria oprimida; 3) a luta pelas reivindicações mais elementares de defesa da mulher está contraposta à exploração do trabalho e se choca com o Estado burguês; 4) os movimentos feministas de classe média, para avançarem em suas reivindicações, devem se colocar sob a direção da política do proletariado, cujo programa é o da emancipação geral de todos os explorados e oprimidos; 5) é preciso lutar pelo fim do capitalismo, raiz de toda opressão de classe.

Pernambuco**Formação sobre Bonapartismo e Fascismo**

No dia 9 de março, O POR realizou sua primeira formação política aberta do ano, em Recife. No início, um companheiro explicou a importância de se caracterizarem bem os governos e, diante da tarefa de caracterizar o governo Bolsonaro, a necessidade de compreender o que é o bonapartismo e o fascismo. Utilizamos extratos de textos de Trotsky, buscando traços gerais destas caracterizações, sabendo que cada experiência histórica concreta traz suas particularidades.

O estudo também partiu da denúncia da farsa montada pelo PT nas eleições, de que votar em Haddad seria combater o fascismo. Ao mesmo tempo, reconheceu que as tendências fascistas se fortalecem com a persistência da crise econômica mundial, o que mostra a necessidade de enfrentar a direitização da política burguesa com independência de classe.

Destacamos, na discussão, que a democracia burguesa se apoia na conciliação de classes. Essa é uma das condições para o funcionamento do parlamento. Já o fascismo destrói a democracia burguesa, coloca na ordem do dia a guerra civil contra o proletariado. Para isso, a burguesia incute ódio na pequena-burguesia contra a classe operária. O racismo e xenofobia são coberturas ideológicas para esta operação. Por trás da mobilização da pequena burguesia em favor do regime fascista, está o capital financeiro. A ascensão do fascismo se alimenta do apodrecimento do capitalismo em sua fase imperialista. A sua decomposição é impulsionada pela impossibilidade de desenvolver as forças produtivas mundiais. Trata-se da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção. Se o proletariado não está em condições de tomar o poder, ou é traído por suas direções, o fascismo se impõe, arrastando a humanidade para a mais profunda barbárie. É o que demonstram as consequências da Segunda Guerra Mundial. Enfatizamos, na análise, a importância de diferenciar a democracia do fascismo, contudo, sem ocultar que tanto um regime como outro expressam a ditadura de classe da burguesia.

O bonapartismo, por sua vez, é uma forma de governo intermediário entre democracia e fascismo, contendo elementos dos dois regimes. É uma ditadura burocrático-militar (governo sustentado nas Forças Armadas e burocracia estatal), mas que não suprime a democracia burguesa. Usa as medidas policiais-militares previstas nas Constituições, consideradas democráti-

cas. Procura governar acima das classes e frações. Sua ascensão se dá em um cenário de crise de poder da burguesia, com fragmentação no parlamento, sem uma força hegemônica para comandar. Apesar de não se assentar na conciliação de classes, não a elimina completamente.

A formação contou com a presença e participação ativa de simpatizantes e convidados. Aprofundou o debate sobre as possíveis formas políticas, às quais a burguesia pode recorrer, e qual a sua relação com a economia e a luta de classes. Os presentes levantaram questões sobre a caracterização dos governos de Temer e Bolsonaro. Expusemos a caracterização do POR, de que Temer encarnou um governo de ditadura civil, forjado no seio da democracia oligárquica. Bolsonaro se constituiu pela via eleitoral, distintamente de Temer, que usurpou o poder por

meio de um golpe de Estado. Bolsonaro dá sequência à tendência de direitização e militarização, constituindo um governo de características ditatoriais, militarizantes e fascizantes. Discutimos que, dependendo de como Bolsonaro se sustentará no parlamento, seu governo pode se configurar como bonapartista, esta é a sua tendência.

Também foram debatidos os erros de caracterização do estalinismo diante da ascensão do nazifascismo na Europa. As

análises e críticas realizadas por Trotsky à virada ultraesquerdista de Stálin e da III Internacional burocratizada se mostraram corretas. A posterior virada para as frentes populares, de apoio a governos burgueses ditos democráticos e progressistas, completou a oscilação da política estalinista entre o esquerdismo e o oportunismo.

Houve várias questões sobre a tática da frente única. Mostramos que sua finalidade é garantir a centralização dos oprimidos e explorados, além de permitir a experiência das massas com as direções vacilantes, o que contribui para que as massas possam ser dirigidas pela política operária.

Foram explicadas as bandeiras de frente única anti-imperialista, frente de esquerda e frente única de luta contra a reforma da Previdência. Destacou-se a necessidade de organizar um poderoso movimento unitário dos explorados para derrubar a reforma da Previdência.

No dia 30 de março, teremos mais uma atividade pública sobre o cerco imperialista à Venezuela e a resposta proletária.

O bonapartismo, por sua vez, é uma forma de governo intermediário entre democracia e fascismo, contendo elementos dos dois regimes. É uma ditadura burocrático-militar (governo sustentado nas Forças Armadas e burocracia estatal), mas que não suprime a democracia burguesa.

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



Nesta edição:

- 10 anos do falecimento de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia
- **Venezuela:** Bolsonaro declara-se a favor da intervenção militar na Venezuela.
- **Venezuela:** Bolsonaro declara-se a favor da intervenção militar na Venezuela.
- A concentração e lucros dos grandes bancos em meio à crise.
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



10 anos do falecimento de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Essa publicação faz parte da campanha de reconhecimento do lugar do revolucionário trotskista, que nos deixou no dia 17 de maio de 2009. Até os seus últimos dias, debilitado pela doença, fez de tudo para manter sua militância acesa. O POR do Brasil teve a atenção de Guillermo Lora desde o começo de sua formação. Em julho de 1989, fundamos a Tendência pela construção do Partido Operário Revolucionário, cujo jornal levaria o nome de Massas. Esta aí a influência concreta do POR boliviano, no alvorecer de nossa existência.

O documento abaixo publicado é parte de nossa história. Tem como subtítulo *“Esquema para uma palestra aos camaradas do Brasil (São Paulo)”*, escrito em agosto de 1990. Observa-se que Lora procurou indicar o caminho da construção do partido-programa, bem no momento em que o capitalismo mergulhava em mais uma de suas crises profundas e que, no Brasil, o PT ainda não havia adentrado à degenerescência burguesa.

Tomamos o documento *“A crise econômica estrutural capitalista e a revolução latino-americana”* como parte de nosso programa.

A crise econômica estrutural capitalista e a revolução latino-americana

1. Algumas ideias sobre a crise capitalista

A ruidosa queda do estalinismo, em escala mundial, parece, mesmo entre aqueles que se consideram alinhados no campo da esquerda, ter obscurecido o verdadeiro significado da crise econômica estrutural do capitalismo.

Correndo o risco de parecer repetitivo, é necessário destacar que a crise, mais uma vez, comprova que as forças produtivas se desenvolveram, em escala mundial, ao ponto de colocar a urgência da revolução social, da revolução proletária, que, caso não ocorra, a humanidade será empurrada a barbárie, o que já vem acontecendo.

Os revisionistas e reformistas de todo tipo dizem, contrariando a realidade e violando o materialismo histórico, que, agora, já não se pode esperar uma revolução social. Acreditam que o capitalismo entrou em uma nova sociedade amplamente democrática, etc.

A crise cíclica é uma espécie de válvula de segurança, voltada a salvar o capitalismo, por meio da gigantesca destruição de forças produtivas, paralisação de parte do aparato produtivo, desemprego massivo, fome e barbárie. É o que está se passando agora, como consequência do atraso da revolução social.

Existe uma só forma de acabar com as crises econômicas estruturais do capitalismo – sinônimo de barbárie –, que é a revolução social, que, certamente, não pode ocorrer de maneira mecânica, como um reflexo imediato do crescimento excessivo das forças produtivas. O que a dolorosa experiência vivida comprovará.

O movimento revolucionário tem de partir, necessariamente, de saber como enfrentará a crise econômica do capitalismo. A debilidade do movimento anti-imperialista no continente – a debilidade do partido revolucionário do proletariado – dá lugar a que a crise capitalista seja resolvida à custa dos explorados. Estão dadas as condições materiais para acabar com as crises cíclicas da economia capitalista por meio da revolução social. Está aí por que o atraso na sua materialização empurra a sociedade, de conjunto, à barbárie.

2. Características gerais da revolução latino-americana

A história dos países do Continente, durante a época republicana, evidencia que a divisão em inúmeras repúblicas favoreceu a opressão e o saque imperialista. A efetiva defesa da soberania nacional somente pode ser concebida como uma tarefa continental.

A tese bolivariana de estruturação de um único Estado latino-americano ou de uma confederação de repúblicas, que, por sua natureza, é uma tarefa democrático-burguesa, foi postergada como consequência da poderosa pressão das tendências conservadoras, pró-feudais. Assim, passou para as mãos do proletariado – classe revolucionária por excelência, mesmo nos países capitalistas atrasados –, adquirindo, portanto, uma projeção socialista.

Um dos grandes objetivos estratégicos da revolução latino-americana é o da estruturação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, que emergirão como resultado da vitória das revoluções proletárias nos países do Continente.

O proletariado está diante de um inimigo: o capital financeiro que, por sua própria natureza, atua por cima das fronteiras nacionais, portanto, o imperialismo, que somente pode ser definitivamente derrotado no plano internacional, continental.

Amiúdam e fracassam, irremediavelmente, os projetos de co-operação regional ou continental, as imitações da Comunidade Econômica Europeia. A causa disso se encontra nos interesses do imperialismo que, para reinar, necessita da divisão continental.

Os países latino-americanos, se pretendem se impor ou arrancar algo das metrópoles do capital financeiro, têm de se unir, inclusive agora, quando estão dominados por governos burgueses.

A divisão continental se transformou em uma das causas que mantém os diferentes países no atraso, como instrumentos da política e da economia do imperialismo. Uma dramática comprovação disso se encontra na resposta que se dá à crise econômica capitalista nos diferentes países, e que os condena a auxiliar as

metrópoles do capital financeiro para saírem do descalabro, à custa do agravamento de sua própria miséria.

A imposição da economia de mercado sem atenuantes, das privatizações das empresas estatais, da ampliação do universo tributário, do livre comércio sem limites, da abolição de todas as medidas protecionistas, do fim das subvenções à produção nacional, etc., como está ocorrendo na Argentina, Peru, Brasil, Bolívia, etc., vem sendo ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial, enfim, pelo imperialismo. Essa é a via das potências se apoiarem na economia dos países atrasados, para superar sua própria crise, para potenciarem-se à custa do agravamento da miséria do entorno semicolonial.

Não se pode falar de soberania dos Estados latino-americanos, sem que estes não se unam para rechaçar a política colonialista e saqueadora do imperialismo. Esta é uma tarefa democrático-burguesa. A atual classe dominante, caduca e submetida ao imperialismo – isso de uma maneira geral – já não pode se materializar plenamente e, por isso, passa para as mãos do proletariado. A soberania latino-americana se dará no marco dos Estados Unidos Socialistas do Continente.

Os países latino-americanos – que evoluem em ritmo desigual uns aos outros – são capitalistas atrasados de economia combinada. A revolução a ser realizada, que constitui uma tarefa histórica inadiável, tem de corresponder à estrutura econômica, em cujo seio a grande propriedade privada burguesa (imperialista) e a pequena parcela agrária ou propriedade artesanal impedem o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a revolução será combinada e concretizada pela realizada a tarefa de libertação nacional e social.

Não se deve desconhecer que a revolução latino-americana ocorre no marco da economia capitalista mundial. Apesar de que todas as suas particularidades, é parte da revolução socialista internacional. Ao continente não é imposto, desde fora, apenas o amadurecimento das forças produtivas, mas também as leis gerais da revolução de nossa época. No entanto, sem dúvida, as revoluções se concretizam de acordo com a realidade nacional. O que exige forjar a teoria da revolução em tal ou qual país.

Por isso, não se pode conceber a revolução sem a presença de um vigoroso partido revolucionário da classe operária, classe revolucionária por excelência no interior do capitalismo. É preciso entender esse partido como programa e como organização de quadros atuando no seio das massas. Nesse plano, observam-se as maiores deficiências nos diversos países, inclusive naqueles cujos setores populares lutam com as armas nas mãos contra a classe dominante.

A revolução latino-americana está obrigada a cumprir devidamente as tarefas democráticas, para que a ditadura do proletariado possa transformá-las em socialistas. A revolução ocorrerá dentro das fronteiras nacionais – como consequência do desenvolvimento desigual da consciência de classe do proletariado dos diferentes países –, para se projetar, necessariamente, no cenário internacional. Não se deterá diante de nenhuma forma de opressão de classe, as superará por meio de um processo contraditório de avanços e retrocessos, de maneira que uma etapa se apoiará na anterior e a negará.

A revolução socialista é internacional por essência, pela natureza imperiosa da economia mundial. É claro que para sua vitória e consolidação, para que possa se projetar à sociedade sem classes, ao comunismo, tem de forjar um partido revolucionário internacional, mundial, que é o Partido da Revolução Socialista Mundial. Esse partido necessariamente se assenta na herança ideológica deixada por Lênin e Trotsky. Concretamente, trata-se da IV Internacional.

3. Particularidades da revolução nos distintos países latino-americanos

Assistimos ao desmoronamento dos partidos comunistas – estalinizados e burocratizados. Processo que demonstra, nos fatos, que

tem um conteúdo de classe burguesa, assinalado pelo trotskismo há varias décadas. As organizações socialdemocratas se degeneraram ao extremo de atuar como ponta de lança do capital financeiro europeu. Assim, estão interessados em conquistar governos nos países latino-americanos. Os reformistas e revisionistas democratizantes defendem, abertamente, o parlamentarismo e a ordem social imperante. Permanece no campo da esquerda, como referência revolucionária, não mais que o programa da IV Internacional.

O problema fundamental da revolução latino-americana, neste momento, é o do partido político. Defendemos que esse tem de ser operário e revolucionário, isto é, tem de expressar os interesses gerais, estratégicos do proletariado, em outras palavras, a revolução anticapitalista e a constituição da ditadura do proletariado, de maneira categórica e inconfundível.

Não se trata unicamente de um movimento das massas operárias, camponesas e da classe média empobrecida, mas do movimento que expresse a política do proletariado. Onde a classe operária está imersa e pulverizada nas frentes democráticas, que é o que acontece nos países centro-americanos, que lutam com as armas nas mãos contra o governo pró-imperialista, ou como no caso da Nicarágua sandinista, a política das massas é democrática, portanto, expressão dos interesses burgueses de defender a ordem social existente.

A vanguarda tem de se forjar no programa revolucionário, que é o que não ocorreu em Cuba, por exemplo, onde a estruturação do Partido Comunista não foi senão a adesão do Movimento 26 de julho ao estalinismo, e isso de maneira formal. De alguma forma, o desenvolvimento político cubano não permitiu que a classe operária conseguisse liderar as massas. Nos próprios comitês revolucionários, o proletariado se encontra dissolvido em meio a outros setores. Por isso, o governo de Castro pôde se somar tão facilmente à política contrarrevolucionária do estalinismo.

Estamos tocando no aspecto capital da revolução, a construção do partido revolucionário.

Os partidos baseados nos sindicatos ou os partidos dos trabalhadores, como o do Brasil, por exemplo, não são revolucionários. Apenas são parte dos esforços de organização da classe operária de forma independente da burguesia, o que certamente está bem. Afirmamos isso porque essas organizações não expressam o objetivo estratégico do proletariado, a ditadura do proletariado, a destruição do capitalismo e a superação da democracia representativa. Podem se transformar no marco dentro do qual se trava a batalha pela estruturação do partido revolucionário, mas, para que isso seja possível, falta um poderoso pólo de referência que venha do seu exterior, que não é senão um programa concreto e que expresse a teoria da revolução em um determinado país. No Brasil, por exemplo, é isso que falta. Da mesma maneira que no Partido Trabalhista da Inglaterra, no PT brasileiro, se lançam medidas para marginalizar os grupos pretensamente revolucionários, que procuram estruturar um outro partido da classe operária. Essa finalidade leva à proibição, impede a dupla militância, etc.

Na Argentina, a carência de um vigoroso partido trotskista obstaculiza que a experiência dos trabalhadores diante do peronismo desemboque sua organização em um partido distinto e oposto ao da burguesia. A mesma ausência impede, no Peru, que a experiência negativa do foquismo senderista contribua para fortalecer a tendência à estruturação de um partido operário revolucionário.

Não é possível impulsionar a estruturação do partido revolucionário à margem da internacional trotskista, tida como marco no qual se pode elaborar coletivamente a política revolucionária, assimilando criticamente e generalizando a experiência revolucionária internacional e nacional.

(Guilherme Lora, *La Colmena*, nº 387, 25 de agosto de 1990)

Nova investida do intervencionismo



A “ajuda humanitária” à Venezuela, 23 de fevereiro, devia servir para mobilizar as massas em apoio à ofensiva intervencionista, e produzir uma cisão nas Forças Armadas. Mas, fracassou.

Guaidó retornou ao país, desconhecendo a ameaça do governo chavista de prendê-lo por “traição à pátria”. A incapacidade de Maduro em prender um agente das forças intervencionistas, que pisoteia a soberania do País, combinada à sua impotência em conter as tendências desagregadoras da crise econômica, dá novo fôlego à campanha golpista, e agrava o deslocamento das massas para a oposição.

Assim que a oposição pró-imperialista tomar o poder – essa é a variante mais provável – vai desnacionalizar o que puder. É o que está fazendo Bolsonaro no Brasil.

O imperialismo retomou a ofensiva. Em 7 de março, aconteceu a queda do sistema elétrico nacional, que paralisou principalmente os centros urbanos. Guaidó e a grande imprensa imperialista responsabilizaram o governo. Não poderia ser de outra maneira. A denúncia mais importante é de que a culpa está na decisão de Hugo Chávez de estatizar e nacionalizar a geração e transporte de energia, criando a Corporação Elétrica Nacional (2008). É do interesse dos monopólios de acabar com

as estatais. Assim que a oposição pró-imperialista tomar o poder – essa é a variante mais provável – vai desnacionalizar o que puder. É o que está fazendo Bolsonaro no Brasil.

Pode ser verdadeiro que a falta de investimentos e o parasitismo de setores da burocracia estatal e da casta militar sobre os fundos estatais tenham levado ao mau funcionamento do sistema elétrico. Sem a estatização do capital financeiro e dos ramos fundamentais da produção, não era e não é possível um planejamento que impulsionasse a economia. A raiz do problema está, portanto, na incapacidade do governo burguês nacionalista de ir adiante com as estatizações, sem indenizações, evidentemente. O capital financeiro e a metrópole norte-americana aproveitaram essa fraqueza do chavismo para sabotar a economia como um todo. Está aí por que há coerência na denúncia de Maduro de que o apagão foi motivado por sabotagem. As forças burguesas pró-imperialistas estão com as mãos livres para agir por qualquer meio contra o governo. A derrocada econômica e a privação da população trabalhadora são a base da conspiração golpista, contrarrevolucionária e pró-imperialista. De forma que a declaração do governo Trump, minutos depois de noticiado o apagão, atribuindo a supostas falhas nos equipamentos elétricos, não surpreende. Seja lá o motivo, no seu fundo está a ação do imperialismo, que há muito declarou guerra econômica à Venezuela, e vem lhe impondo pesadas medidas, que a nação oprimida somente suportaria se respondesse com medidas revolucionárias de expropriação



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

dos monopólios, nacionalização do comércio exterior e estatização do capital financeiro.

A sabotagem, o bloqueio econômico e o confisco de riquezas nacionais são elos da retomada dos ataques dirigidos a desestabilizar o governo e a criar convulsões sociais, que justifiquem, assim, uma intervenção estrangeira. O auto-intitulado “presidente interino” cumpre um papel chave em fomentar esse cenário de caos. E o blecaute energético passou a ser uma peça dessa política de desestabilização. Permitiu à fajuta Assembleia Nacional, dominada pela oposição, decretar o “Estado de alarme”, que consta na Constituição como recurso legal pelo qual, em caso de emergência nacional, habilita o ingresso no país de forças militares estrangeiras.

Guaidó percorre, livremente, o país, e realiza diversos “comícios políticos”, visando a arrastar as massas por trás da chamada “Operação Liberdade”. Segundo explicou, trata-se de formar “comandos pela liberdade e pelo fim da usurpação”, retomar as conversações com funcionários públicos e militares, para somá-los ao objetivo de derrubar Maduro do poder. Esse verniz de mobilização pacífica e democrática mal acoberta a campanha golpista e intervencionista. Requisitado pela imprensa, voltou afirmar que “todas as cartas estão em cima da mesa”.

O governo chavista observa sua base social desagregar, enquanto que a oposição golpista ganha novo fôlego e percorre o país impunemente. Guaidó espera que as condições modifiquem a relação de poder nas Forças Armadas, e provoquem a almejada divisão. Maduro decidiu centralizar ainda mais o aparelho do Estado, e pediu a renúncia de seus ministros, sob a justificativa de “reorganizar o governo”. Qualquer que seja a acomodação, não resultará na superação do enfraquecimento do nacional-reformismo, já esgotado. Não levará o chavismo a romper a coluna vertebral do golpismo e do intervencionismo, atacando a grande propriedade privada.

O caráter inelutável dessa lei política, na atual conjuntura, retrata, com toda sua gravidade, a crise de direção revolucionária do proletariado venezuelano. Sem se constituir em classe independente e construir seu partido, marxista-leninista-trotskista, está impossibilitado de se erguer como direção da maioria nacional, em uma frente única anti-imperialista, baseada no armamento das massas. Somente um governo operário e camponês, que exerça a ditadura do proletariado, pode derrotar o imperialismo e impor a independência da nação oprimida, como parte da luta pelo programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina. A defesa da nação oprimida contra a intervenção imperialista, e pela derrota do movimento contrarrevolucionário, encarnado por Guaidó, está nas mãos da classe operária e da maioria oprimida venezuelanos.

Bolsonaro declara-se a favor da intervenção militar na Venezuela

A classe operária brasileira e mundial deve rechaçar a submissão do Brasil à política de Trump

O governo brasileiro aproveitou sua estadia nos Estados Unidos para demonstrar seu alinhamento ao objetivo de Trump de derrubar o governo de Maduro, usando a intervenção militar. Deu a entender que a Venezuela seria incapaz de resistir à “capacidade bélica dos Estados Unidos”. Declarou à imprensa norte-americana que um dos assuntos a tratar com Trump era o da Venezuela. Disse: “temos de resolver a questão da Venezuela. A Venezuela não pode continuar da maneira que se encontra, aquele povo tem de ser libertado. Contamos com o apoio americano para que esse objetivo seja alcançado”. Na realidade, é o imperialismo norte-americano que conta com o apoio de Bolsonaro. O governo brasileiro pró-imperialista tem muitas maneiras de colaborar com Trump. Uma delas, que foi exposta por autoridades da Casa Branca, é a de incentivar a divisão das Forças Armadas venezuelanas. O Brasil teria facilidade, segundo o porta-voz do imperialismo, porque “os militares brasileiros têm boa relação com os venezuelanos”.

A classe operária no Brasil e mundial deve se manifestar contra o intervencionismo e o colaboracionismo servil do governo brasileiro. A melhor forma de golpear a política pró-imperialista e pró-norte americana de Bolsonaro é levantar-se contra a reforma da Previdência, as privatizações e as desnacionalizações. Um movimento anti-imperialista no Brasil se chocaria com a ofensiva de Trump sobre a América Latina e ao próprio Brasil. Que as forças que se reivindicam da classe operária, dos trabalhadores em geral e do socialismo se coloquem pela constituição de uma frente única anti-imperialista. Por essa via, torna-se concreta a defesa do direito à autodeterminação da Venezuela e de todas as nações oprimidas.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

A concentração e lucros dos grandes bancos em meio à crise

Passaram-se cem anos da publicação do livro *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, uma das mais importantes contribuições de Lênin ao marxismo. Obra que demonstra a “substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas”, e a supremacia do capital financeiro (resultado da fusão entre o capital bancário e o industrial) sobre a economia e os Estados – características decisivas da fase imperialista.

Uma demonstração do caráter inelutável dessa lei foi dada em 9 de março, quando se noticiou a fusão do Deutsche Bank com o Commerzbank (Banco de Comércio), na Alemanha. A fusão elevará o valor acionário, atrairá investidores, e ampliará a “carteira de clientes”. Será uma peça para “equacionar” a queda de 73% no valor das ações do Deutsche Bank, ocorrida nos últimos anos. Não por acaso, a fusão permitirá ao Deutsche Bank – maior instituição credora do país – resolver, em parte, essa queda, monopolizando 20% do setor bancário, em um mercado interno de 24 bilhões de euros (R\$ 104 bilhões). O que cobra ainda mais relevância, se se levar em conta que os bancos privados representam 40% do mercado financeiro, de crédito e de seguros na Alemanha, avaliado em 700 bilhões de euros. Por outro lado, o Deutsche Bank, através de fusões e participações, controla ainda um maior segmento do mercado, tanto nacional quanto europeu (é considerado um dos cinco maiores bancos europeus). Tem um papel dominante no financiamento das exportações industriais (88%) e das exportações de capital (75%).

A tendência à concentração e centralização do capital financeiro é ainda mais acentuada e rápida nas semicolônias e naqueles países que mais se ressentiram da crise econômica.

O governo alemão, o maior acionista do Commerzbank (15% das ações, produto de um “resgate” para evitar a quebra do banco em 2010), apoia a fusão. Segundo o ministro das Finanças, Olaf Scholz, pretende-se “ter bancos alemães fortes”, e evitar que o Commerzbank caia em “mãos de capitais estrangeiros”. Nota-se que o Estado burguês deve assumir a defesa dos interesses da oligarquia financeira alemã, em face da maior concorrência mundial do capital financeiro. O governo procura a rápida aprovação da fusão pelo parlamento (Bundestag), para assim evitar que coincida com as eleições parlamentares europeias, em maio deste ano. Teme-se que uma nova relação de forças políticas possa bloqueá-la.

O essencial desse fato reside em que a fusão entre o Deutsche Bank e o Commerzbank reflete uma tendência crescente de concentração bancária, que ganhou força, desde a eclosão da crise, em 2008. Segundo dados, na Europa, a concentração chegou até 97% (Grécia), 31% (Alemanha) e 28% (Luxemburgo). Observa-se a contração do número de entidades bancárias e creditícias (fechamento ou fusões), principalmente na Alemanha (-70%), Itália (-65%), Hungria (-49%) e Áustria (-43%). Diferentemente, a Inglaterra e a Suíça mostram um crescimento das instituições financeiras e creditícias: 15% e 3%. Processo que se opera ainda em meio à contração do montante total de ativos dos maiores

bancos europeus, produto da estagnação econômica.

A concentração bancária cresceu, de um lado, e diminuiu o número de empregados no setor, de outro. Fecharam-se 40 mil empregos em toda a União Europeia (UE), entre 2016 e 2017. Eis por que os sindicatos dos bancários da Alemanha (que reúne mais de 600 mil funcionários) colocaram-se contra a fusão. Dizem que o fortalecimento do monopólio impulsionará novas demissões, e que elevará o valor dos serviços administrativos e da taxa de juros (uma das mais baixas da Europa).

A tendência à concentração e centralização do capital financeiro é mais acentuada e rápida ainda nas semicolônias e naqueles países que mais se ressentiram da crise econômica. Nas potências imperialistas, que dominam o mercado financeiro mundial (Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra), ainda persiste uma significativa fragmentação nos setores de seguros e poupanças, sob a forma de parcerias público-privadas e de propriedade estatal.

Na Espanha, cinco grandes bancos (Santander, BBVA, CaixaBank, Bankia y Sabadell) concentram 70% do mercado financeiro, e um capital total de 50 bilhões de euros (R\$ 210 bilhões). No México, sete bancos (CitiBanamex, BBVA Bancomer, Santander, Banorte, Inbursa, HSBC y Scotiabank) concentram 79% dos créditos empresariais, imobiliários e de consumo. No Brasil, cinco bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) respondem por R\$ 4 de cada R\$

5 movimentados no país (80%). Quatro deles (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal e Bradesco) concentram 72,4% das transações. Os 20% restante são divididos entre cerca de 150 instituições,

que atuam em áreas específicas, a exemplo de financiamento de carro e empréstimos para médias e pequenas empresas.

Destacamos esses três países, porque tiveram as taxas mais altas de concentração bancária dos últimos anos, segundo informes do FMI. E porque parte dos bancos assinalados está sob o controle de capitais estrangeiros, norte-americanos e europeus, fundamentalmente. Como se vê, a concentração bancária, nas semicolônias, reflete a concentração já alcançada nas potências imperialistas. Lembremos que EUA, Alemanha, França e Inglaterra controlam, aproximadamente, 50% do mercado financeiro mundial.

O elevado grau de concentração por um punhado de grandes bancos imperialistas de crédito, emissão de valores, financiamento e investimento de capitais, é a via para alavancar os ganhos. Em 2017, os lucros dos maiores bancos brasileiros foram de R\$ 83 bilhões, 28% a mais que 2016. Seus “patrimônios” (capitais sob seu controle) passaram, de R\$ 541,6 bilhões, para R\$ 595,6 bilhões. O Unibanco, por exemplo, obteve lucro líquido no valor de R\$ 24,9 bilhões, em 2017. O Santander viu sua rentabilidade subir 8% em dois anos, fechando 2017 com aumento em seu lucro de 18,3%. E, isso, no quadro geral de queda da produção industrial e do comércio.

É bom assinalar que o aumento dos lucros da oligarquia

financeira tem por fundamento o crescimento na composição orgânica do capital bancário e o agravamento da superexploração assalariada dos trabalhadores do setor financeiro. Ou seja, por um aumento significativo dos investimentos em meios e instrumentos tecnológicos (informatização), redução da força de trabalho e intensificação da exploração.

É o que se observa em 2017, ano em que se investiram R\$ 19,5 bilhões em tecnologias digitais, software e hardware (5% a mais que em 2016). O que tem se refletido no crescimento das operações financeiras por celulares e computadores (35% do total), e no pagamento de contas por esses mesmos meios (85%). O que, por sua vez, impulsionou a terceirização dos serviços de atendimento e pagamento de contas com as chamadas “agências digitais” (aquelas em que os clientes são atendidos por meio de chat, e-mail, telefone ou videoconferência), que passaram, de 101 (2016), para 373 (2017). O que explica a redução das “agências físicas”, de 23,4 mil, para 21,8 mil. O Bradesco, além de se fundir com o HSBC (ampliando seu domínio do mercado), reduziu “custos operacionais”, aplicando tecnologias digitais a tarefas antes realizadas por funcionários. De forma que a redução do número de empregados e a redução do preço da força de trabalho (congelamento salarial, flexibilização e destruição de direitos trabalhistas) são acompanhadas pelo aumento da alta produtividade do trabalho.

Talvez, o aspecto mais decisivo da concentração e centralização do capital financeiro seja o de agravar a opressão nacional das semicolônias e a subserviência de seus governos, perante as diretrizes do imperialismo. No Brasil, esse fenômeno se manifesta, concretamente, no gigantismo do parasitismo financeiro sobre a economia nacional e o Estado. A gigantesca dívida pública tem uma importância decisiva para os negócios dos financistas.

A maior parte da massa de capital-dinheiro, nas semicolônias, se orienta para a exploração e comercialização de matérias-primas, minimizando os investimentos na indústria, de um lado. E de outro, orienta-se pela emissão de valores de dívida pública, empréstimos para compra de empresas privatizadas, desnacionalizações e saque do bilionário fundo da Previdência. Não por acaso, o principal objetivo que o capital financeiro traçou para o governo Bolsonaro é o de garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e abrir a Previdência ao capital financeiro (capitalização). Continua-se, assim, a ofensiva da ditadura civil de Temer, que aprovou a Lei do Teto, a reforma trabalhista e a terceirização. De conjunto, ambos os governos, de feições ditatoriais, criaram as condições para a elevação dos lucros monopolistas, e seu controle sobre a economia interna, à custa de agravar a opressão nacional, reduzir o preço da força de trabalho, aumentar a exploração assalariada, destruir direitos trabalhistas, etc.

A fase imperialista do capitalismo é marcada pelos gigantes lucros e a “dominação da oligarquia financeira”, ainda que economia se ache em “estado de estagnação”, como assinalou Lênin. É esse processo que continua se manifestando com todas suas consequências na fase atual da crise capitalista, em que se destrói

parte das forças produtivas.

Lênin também demonstrou como esse fenômeno de monopolização e centralização do capital financeiro levaria à formação das bases materiais e sociais necessárias para a transição do capitalismo a uma formação social e econômica superior: o socialismo. Segundo explica, os monopólios desenvolvem em seu seio “um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se, também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.”

O essencial de sua obra reside, não apenas em registrar de forma precisa e minuciosa as leis e as características fundamentais da fase monopolista do capitalismo – e todas suas brutais consequências –, como também em demonstrar a necessidade da ação revolucionária do proletariado para libertar as forças produtivas e a produção social das cadeias da grande propriedade mono-

polista dos meios de produção. Nas palavras de Lênin: “O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção, nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.” O problema reside, afirma, em que essa tendência progressiva das leis econômicas esbarra no caráter reacionário da propriedade privada dos meios de produção.

Lênin assinala que a tarefa colocada à classe operária é a de expropriar a pro-

priedade privada dos meios de produção e transformá-los em propriedade social, coletiva. Um passo nesse caminho será dado quando a classe operária se constituir como classe independente e desenvolver seu programa e seus métodos de luta próprios. O que exige de sua vanguarda avançar na construção do partido revolucionário.

Uma das primeiras tarefas da revolução será a de estatizar completamente o capital financeiro e colocá-lo a serviço das forças produtivas. A bandeira de cancelamento da dívida pública ganhará cada vez mais importância para a mobilização das massas. Retirado do capital financeiro o comando do Estado, acaba-se com a força dos monopólios, cerra-se passagem à anarquia da produção, e torna-se possível estabelecer a planificação econômica. Certamente, trata-se de uma tarefa que compõe o programa de expropriação revolucionária da burguesia. A vanguarda tem tudo para divulgar as teses marxista-leninistas sobre o imperialismo, trabalhar no seio das massas as bandeiras anti-imperialistas e anticapitalistas de expropriação do capital financeiro e dos monopólios.

A fase imperialista do capitalismo é marcada pelos gigantes lucros e pela “dominação da oligarquia financeira”, ainda que economia se ache em “estado de estagnação”, como assinalou Lênin. É esse processo que continua se manifestando com todas suas consequências na fase atual da crise capitalista, em que se destrói parte das forças produtivas.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, demos a atenção à distinção entre a unidade principista e a unidade oportunista. A questão ganhava novas dimensões com a eclosão da 1ª Guerra Mundial. Lênin travará uma luta inflexível pela ruptura dos revolucionários com os social chauvinistas. Colocava-se, em primeiro plano, o enfrentamento entre o internacionalismo e o nacionalismo imperialista. *“Hoje em dia, a unidade, como consigna do Partido Social Democrata, significa a unidade com os oportunistas e a subordinação a eles (ou ao bloco que formam com a burguesia). É uma consigna que, nos fatos, ajuda a polícia e os reacionários, que é funesta para o movimento operário”*. Nestes termos, atinge-se a ruptura no seio da socialdemocracia europeia. É o que se expressa no título do artigo *“Como a polícia e os reacionários protegem a unidade da socialdemocracia alemã”*. Já não era possível se sentar na mesma mesa, uma vez que as diferenças não eram secundárias, mas inteiramente de princípio e programa de classe.

Um acontecimento retrata bem essa situação. A seção britânica da II Internacional organizou, em fevereiro de 1915, *“A Conferência de Londres”*. De última hora, Lênin recebeu o endereço de sua realização. Lênin relata que a sua presença ali somente teria a função de ler uma declaração, que estava em total oposição aos traidores do internacionalismo. O objetivo da reunião, apresentado em sua abertura pelo presidente da Conferência, era o de trocar opiniões, sem aprovar resoluções. Mas, se acabou admitindo que se redigisse, no final das discussões, uma resolução que expressasse a opinião da maioria. Três pontos de pauta foram aprovados: 1) os direitos das nações Bélgica e Polónia; 2) as colónias; 3) as garantias de paz.

Decidiu-se que, como introdução, os representantes de cada país dessem um breve informe sobre a atitude diante da guerra. Nesse momento, Lênin intervém e denuncia o fato do representante oficial dos bolcheviques no Bureau da Internacional Socialista, o camarada Maximovich, não ter sido convidado. A denúncia serviu para mostrar que aquela Conferência não passava de um arranjo entre a camarilha oportunista. Referiu-se ao manifesto *“A Guerra e a Socialdemocracia da Rússia”*, que havia sido enviado ao Bureau da Internacional Socialista. Lênin pontua: *“Antes de falar das condições de paz, era preciso esclarecer com que meios trataremos de obtê-la, e, para isso, era necessário estabelecer se existe uma base socialdemocrata revolucionária comum, se discutiríamos como chauvinistas, pacifistas ou socialdemocratas”*. Em seguida, Lênin passa a fazer a leitura da declaração. Mas é interrompido pelo presidente da mesa, dizendo que a posição de Lênin como delegado ainda não estava clara, e que eles não tinham se reunido para criticar os diferentes partidos. Em resposta, Lênin concordou em continuar sua fala depois do informe da comissão de credenciamento. Discursaram Vaillant, Vandervelde, MacDonald, Rubanóvich e Maiski. Lênin, então, retoma a leitura da declaração, como condição para se manter ou não na Conferência. O presidente o interrompeu, dizendo que não permitiria imposição de condições à Conferência. Lênin, em resposta, pediu autorização para informar por que não participaria

na Conferência. O que lhe foi negado. Assim Lênin descreve: *“Permitam-me, então, declarar que o POSDR não toma parte da Conferência, e que, quanto aos motivos, deixo nas mãos do presidente uma declaração escrita. Recolhi meu papeis e me retirei...”*.

Essa atitude foi de enorme importância para o desenvolvimento futuro da concepção marxista sobre a guerra imperialista e a política internacionalista correspondente. Em março de 1915, Lênin retoma o fato no artigo *“A Propósito da Conferência de Londres”*. A imprensa burguesa da França dela se valeu para reforçar as posições social chauvinistas. Lênin evidencia a *“manobra destinada a preparar o terreno para a conhecida declaração no parlamento do 1º ministro Viviani, inflamada de agressivo patriotismo”*. O *“Journal des Débats”* mostrou abertamente as cartas ao declarar que, no fundo, se tratava de conseguir que os socialistas ingleses, com Kair Hardie à frente, que até então estavam contra a guerra e o recrutamento, votassem pela continuidade da guerra até a vitória sobre a Alemanha”. Assim, foi uma vitória da burguesia inglesa e francesa, que conseguiu subordinar os “socialistas” à sua política de guerra. Na prática, se verificou o internacionalismo oculto dos socialistas aburguesados.

Lênin conclui: *“Não há dúvida de que, aos inteligentes reacionários da burguesia francesa, lhes escapou a verdade crua. A burguesia anglo-francesa, mais a burguesia russa, travam a guerra para arruinar e saquear a Alemanha, Áustria e Turquia. Ela necessita recrutas, necessita do acordo dos socialistas, de que é preciso combater até a vitória sobre a Alemanha; além disso, o que resta é vazia e indigna fraseologia, substituição de grandes palavras como socialismo, internacionalismo, etc. Na prática, é marchar por detrás da burguesia e ajudá-la a saquear outros países, em palavras, oferecer às massas a hipócrita aceitação do socialismo e da Internacional. Tal é, precisamente, a maior culpa do oportunismo e o motivo fundamental da bancarrota da II Internacional”*.

Lênin ressalta, diante dos acontecimentos, a importância de ter se retirado da Conferência de Londres, em defesa dos *“princípios anti-chauvinistas, sem cair na germanofilia”*. Ficou claro, por outro lado, os motivos chauvinistas dos germanófilos condenarem a Conferência de Londres. Os “socialistas” franceses e ingleses agiam em apoio à burguesia de seus países. Para isso, convocaram a Conferência de Londres, o que tornava impossível a participação dos “socialistas” que defendiam a burguesia alemã. O máximo da estupidez se refletia na intenção dos oportunistas de conciliarem o chauvinista germanófilo e o francófilo.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)

...

O manifesto *“A Guerra e Socialdemocracia da Rússia”*, escrito em setembro de 1914, constituiu-se no primeiro documento oficial do Comitê Central do POSDR. Demarcou o campo de separação dos bolcheviques com as mais variantes tendências social chauvinistas. Eis por que a direção da II Internacional procurou desconhecê-lo. O que se refletiu na bastarda Conferência de Londres. O que não impediu que o documento se projetasse na Europa.